

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	39
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	46
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	47
2.5 Medições não contábeis	48
2.6 Eventos subsequentes as DFs	51
2.7 Destinação de resultados	52
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	55
2.10 Planos de negócios	56
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	58
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	59
5.2 Descrição dos controles internos	63
5.3 Programa de integridade	65
5.4 Alterações significativas	69
5.5 Outras informações relevantes	70

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários a seguir apresentados nos neste Formulário estão baseados nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a variação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis sobre a situação financeira da Companhia e resultados operacionais. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados operacionais obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia considera em seu planejamento estratégico uma expansão de atuação ambiciosa, compatível com seu potencial de crescimento e escalabilidade de seu negócio.

O ano de 2022 realizamos importantes mudanças estratégicas no nosso negócio e consolidamos nosso novo modelo de varejo omnicanal, segundo o qual nossas lojas físicas e plataformas digitais funcionam de forma integrada, oferecendo uma experiência única a nossos clientes.

É importante também destacar a contribuição da revisão dos processos de vendas e operações, também conhecido como S&Op, com objetivo de otimizar a alocação de capital da empresa através do uso de modelos preditivos.

O saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou em R\$ 73.613 mil entre 31 de dezembro de 2021 (que era de R\$ 144.905 mil) e 31 de dezembro de 2022 (que era de R\$ 218.518 mil) devido sobretudo as ações de reforço de liquidez da Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 116.570 mil, apresentando um decréscimo quanto comparado ao patrimônio líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, que correspondiam a R\$ 160.434 mil e R\$ 261.795 mil, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de R\$)	Consolidado	
	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos	311.836	319.734
Total das debentures	224.894	227.852
Total derivativos	2.959	(937)
Dívida bruta	539.689	546.649
Caixa e equivalentes de caixa	(218.518)	(144.905)
Dívida líquida	321.171	401.744

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020 a Companhia apresentou indicadores de Dívida líquida/EBITDA conforme abaixo:

Reais / mil (exceto %)	CONSOLIDADO		
	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
(+)Total dos Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	311.836	319.734	375.589
(+)Total das Debêntures (circulante e não circulante)	224.894	227.852	143.827
(+)ou (-) Total Derivativos (circulante e não circulante)	2.959	(937)	(8.963)
(=)Total Dívida Bruta	539.689	546.649	510.453
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(218.518)	(144.905)	(301.008)
(=) Dívida Líquida (caixa líquido)	321.171	401.744	209.445
(=) EBITDA	65.513	34.958	93.190
(=)Dívida líquida (Caixa líquido)/EBITDA	4,9	11,5	2,2

A Administração monitora rigorosamente o ambiente econômico e de negócios e suas eventuais deteriorações que possam afetar a capacidade da Companhia de continuar operando em um futuro previsível e está de prontidão para implementação de medidas julgadas como suficientes para fortalecimento do negócio no cenário atual de sua posição econômico-financeira.

b) Estrutura de capital

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa sua estrutura de capital e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro nos estoques, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

A Administração da Companhia entende que o nível de sua alavancagem financeira é satisfatória, e seus desdobramentos na geração de caixa, refletindo no capital giro,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

por outro lado seu nível de liquidez, devido a efetividade das ações executadas e planejadas para execução em períodos seguintes, permanece confortável.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.147.159	1.070.935	1.032.887
Capital próprio (patrimônio líquido)	116.570	160.434	261.795
Capital total (terceiros + próprio)	1.263.729	1.231.368	1.294.682
% capital de terceiros	90,78%	86,97%	79,77%
% capital próprio	9,22%	13,03%	20,23%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A posição de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 218.518 mil e R\$ 144.905 mil, respectivamente. A dívida bruta de curto prazo, por sua vez, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 103.901 mil (R\$ 184.534 mil em 31 de dezembro de 2021).

Ao longo de sua trajetória recente, a Companhia seguiu com a execução do plano de maior qualificação do seu endividamento. Em 1º de agosto de 2019, a Companhia emitiu sua 3ª série de debêntures no montante de R\$ 160.000 mil e em 06 de agosto de 2021 emitiu sua 4ª série de debêntures simples e privada. A Companhia segue fortalecendo parcerias com instituições financeiras de primeira linha e com captação de recursos estratégicos para a condução de seus negócios.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram: (a) geração de caixa das atividades da Companhia, (b) contratos financeiros que representam: (i) financiamentos em moeda local ou em moeda estrangeira, com risco cambial mitigado através de contratação de instrumentos de proteção contra oscilação das taxas de câmbio; (ii) financiamentos de investimentos com recursos disponibilizados por instituição financeira de apoio ao desenvolvimento econômico regional (Banco do Nordeste), (iii) debêntures não conversíveis e (iv) eventuais antecipações de recebíveis (cartões de crédito).

A Companhia considera que as fontes de financiamento acima descritas são suficientes para desempenho de suas atividades, para assegurar o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e para executar o seu plano de negócios.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, veja abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende dar seguimento à utilização das fontes de recursos que estão sendo utilizadas nos últimos anos para investimento em ativos não circulante e para cobertura de eventuais deficiências de liquidez.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia mantém relacionamento com algumas das principais instituições financeiras do país e as tem presentes como fatores importantes para a gestão do caixa do seu dia a dia, bem como em operações estruturadas com finalidades para aplicação no desenvolvimento do seu negócio. A Companhia possui linhas de crédito aprovadas e disponíveis para utilização como alternativas de reforço de liquidez e execução do plano de negócios, descritas no item abaixo.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 estão abaixo apresentados:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Encargos	Vencimento	Garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	USD + 4,17% a.a.	2022	Recebíveis	-	12.321	34.420
Capital de giro	CDI + 3,09% a.a.	2022	Clean	-	15.512	-
Capital de giro	CDI + 2,92% a.a. a CDI + 4,5% a.a.	2023	Recebíveis ou Alienação Fiduciária	-	54.812	149.579
Capital de giro	CDI + 3,90% a.a. a CDI + 4,00% a.a.	2023	FGI	-	16.699	20.012
Capital de giro	EUR + 3,00% a.a.	2023	Clean	6.475	23.508	-
Capital de giro	CDI + 1,88% a.a. a CDI + 4,15% a.a.	2024	Clean ou Recebíveis	-	64.237	72.894
Capital de giro	CDI + 3,15% a.a. a 4,15% a.a.	2025	Clean	26.241	19.375	10.038
Capital de giro	CDI + 3,50% a.a. a 3,78% a.a.	2025	Clean ou Cash Collateral	71.742	-	-
Capital de giro	IPCA + 5,69% a.a.	2025	Carta de Fiança	14.865	37.245	44.684
Capital de giro	CDI + 3,90% a.a.	2023	Clean	3.553	-	-
Capital de giro	CDI + 2,82% a.a.	2025	Clean	52.518	-	-
Capital de giro	CDI + 4,00% a.a.	2026	Recebíveis	32.171	-	-
Capital de giro	CDI + 5,54% a.a.	2025	Recebíveis	16.585	-	-
FINIMP	USD + 6,17% a.a.	2021	Clean	-	-	13.664
Investimento - BNB (FNE)	4,12% a.a.	2020	Carta de Fiança	-	-	-
Investimento - BNB (FNE)	IPCA + 2,90% a.a.	2030	Carta de Fiança	90.478	78.105	31.976
Total				314.628	321.814	377.267
(-) Ajuste a valor justo				-	-	-
(-) Custo de transação				(2.791)	(2.080)	(1.678)
				311.837	319.734	375.589
Circulante				76.748	131.864	119.274
Não Circulante				235.089	187.870	256.315

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

Os contratos de empréstimos e financiamentos considerados relevantes pelos Diretores da Companhia estão descritos a seguir:

Financiamentos Banco do Nordeste do Brasil S/A

Durante os exercícios de 2019 a 2022, a Companhia captou recursos de financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos providos pelo Fundo Nacional de Financiamento do Nordeste (FNE), para abertura de novas lojas e construção de seu novo Centro de Distribuição em Camaçari-Bahia. Ao todo o montante liberado foi de R\$ 91.788 mil.

Essas operações foram contratadas com taxa de juros entre IPCA mais 2,60% a.a. e IPCA mais 3,17%, com direito a bônus de adimplência de 15% e prazos de pagamento de 10 anos, com dois anos de carência.

Em 20 de agosto de 2019, a administração da Companhia decidiu pré-pagar uma das linhas de crédito tomadas junto ao BNB, linha esta referente ao contrato assinado em 30/11/2015, com vencimento original definido para até 19 de novembro de 2023 e custo anual de 11,18% a.a., com vistas a adequar o custo médio de sua dívida à conjuntura de mercado vigente.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor dessas linhas de crédito de financiamento tomadas junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A era de R\$ 90.477 mil.

Capital de giro

Os empréstimos na modalidade capital de giro têm por finalidade suprir a necessidade de capital de giro da Companhia e suas controladas.

Foram captadas linhas de capital de giro no montante de R\$ 292.939 mil entre 2019 e 2022. O saldo devedor dessas linhas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 224.150 mil.

Parte das linhas de capital de giro foram originalmente contratados em moeda estrangeira (modalidade 4.131) e imediatamente convertidas para obrigações em moeda local no momento de suas contratações através de operações de *swap*. O custo efetivo anual das linhas de crédito tomadas nessa modalidade é de CDI + 2% a.a. a 220,26% do CDI, já incluindo-se o custo dos impostos incidentes.

Os empréstimos contratados em moeda local têm custo atrelado à variação do CDI e juros segundo condições usuais de mercado.

FINIMP

A Companhia pode contratar operações de crédito para financiamento de importações originalmente em moeda estrangeira, obrigatoriamente com custo convertido para moeda local, com base na variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo devedor dessas linhas de crédito é de R\$ 13.664 mil e foi liquidado em 12 de Janeiro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures

Em 01 de agosto de 2019, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 160.000 mil, com juros de 2% a.a., pagos semestralmente, calculados sobre o montante de principal, acrescido da variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários. O valor do principal é amortizado em 10 parcelas semestrais e consecutivas, com o pagamento da primeira parcela tendo sido feito em 06 de agosto de 2020.

Em 31 de agosto de 2022 a Companhia renegociou o valor principal residual do contrato (R\$ 107.735), o qual será amortizado em 8 parcelas semestrais e consecutivas, sendo o pagamento da próxima parcela a ser realizado em 30 de junho de 2023 e o último previsto para 30 de abril de 2025. A Companhia avaliou que a renegociação não se trata de modificação substancial dos termos de dívida, portanto segue apresentando-as ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor da 3ª emissão de debêntures era de R\$ 106.723 mil.

Em 12 de agosto de 2021, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, em uma operação com certificado de registro imobiliário (CRI), no montante total de R\$ 120.000 mil, com juros de 7,16% a.a., pagos mensalmente, calculados sobre o montante de principal, acrescido da variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo. O valor do principal é amortizado em 138 parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da primeira parcela tendo sido feito em 17 de fevereiro de 2022. Em 26 de agosto de 2021 a Companhia realizou uma operação de Swap convertendo a taxa de 7,1605% a.a. + IPCA (ponta ativa) para 3,26% a.a. + CDI (ponta passiva), seguindo o mesmo fluxo e calendário de amortização da debênture acima mencionada.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor da 4ª emissão de debêntures era de R\$ 125.862 mil.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas nesse item e nas demonstrações contábeis com as respectivas notas explicativas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas:

Em agosto de 2021, a Companhia realizou a 4ª emissão de debentures simples, privada, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 120 milhões, com direito de crédito imobiliário em favor da Virgo Companhia de Securitização em face da emissora, cuja garantia é o centro de distribuição da Companhia localizado na cidade de Camaçari – Bahia, com complemento, se necessário, em custódia de contas a receber de vendas em cartões de crédito, disponíveis para realização, e ou *cash collateral* até o montante de 100% do saldo devedor.

Entre 6 de maio de 2020 e 17 de agosto de 2021, o centro de distribuição fazia parte da garantia que assegurava a linha de capital de giro concedida pelo Citibank.

Entre 2018 e 20 de agosto de 2019 (data de pré-pagamento), o centro de distribuição fazia parte do conjunto de garantias que asseguravam a linha de financiamento de investimentos concedida pelo BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os demais compromissos financeiros da Companhia não possuem garantias reais oferecidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*covenants*) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis divulgadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia obteve waiver de todos os seus credores para dispensa da apuração dos índices firmados nos seus instrumentos devido a excepcionalidade do impacto da crise do novo corona vírus em suas operações.

Debêntures

A escritura da 3ª emissão da debênture emitida em 1º de agosto de 2019 prevê o cumprimento do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, a ser calculado pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, ao final de cada exercício, à razão igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índice Financeiro"). Considera-se: (a) "Dívida" como a soma dos empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, incluídas as fianças e os avais prestados em benefício de terceiros e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas, dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas; (b) "Dívida Financeira Líquida" como o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas; (c) "EBITDA" como o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários e do registro do plano de ações de funcionários. Entende-se como Resultado Não Operacional: (i) a venda de ativos; (ii) provisões/reversões de contingências; (iii) *impairment*; (iv) despesas pontuais de reestruturação; e (v) ajustes de exercícios anteriores, desde que sem efeito caixa. Inclui também EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela Emissora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. As apurações do EBITDA e resultado financeiro, não consideram os efeitos decorrentes da implantação da norma contábil expedida pelo CPC 06 R2(IFRS 16).

Em 31 de Agosto de 2022 foi aprovado através do primeiro aditamento ao instrumento particular de escritura da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, das lojas Le biscuit S.A. a mudança da escritura, que passou a vigorar com o texto abaixo:

Em bases consolidadas, quociente da divisão do Índice de Dívida Líquida pelo EBITDA:

- menor ou igual a 7,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- menor ou igual a 4,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- menor ou igual a 3,00x com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e
- menor ou igual a 2,50x até a quitação integral das Debêntures.

Índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante igual ou superior a 1,00x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, até a quitação integral das Debêntures, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com base nas informações financeiras divulgadas pela Emissora após a primeira publicação de informações financeiras auditadas após a celebração desta Escritura de Emissão.

A escritura da 4ª emissão da debênture emitida em 6 de agosto de 2021 prevê o cumprimento do índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, a ser calculado pela Emissora com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, ao final de cada exercício, à razão igual ou inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022; 3,5 (três inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures ("Índice Financeiro"). Considera-se: (a) "Dívida" como a soma dos empréstimos e financiamentos bancários de curto e longo prazos, incluídas as fianças e os avais prestados em benefício de terceiros e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, dívidas financeiras das empresas adquiridas e ainda não consolidadas; (b) "Dívida Líquida" como o valor da Dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como caixa e aplicações financeiras de empresas adquiridas e ainda não consolidadas, aplicações em contas correntes, saldos bancários, títulos e valores mobiliários de curto prazo mantidos em tesouraria; (c) "EBITDA Ajustado" como o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários e do registro do plano de ações de funcionários. Entende-se como Resultado Não Operacional: (i) a venda de ativos; (ii) provisões/reversões de contingências; (iii) impairment; (iv) despesas pontuais de reestruturação; e (v) ajustes de exercícios anteriores, desde que sem efeito caixa. Inclui também EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela Emissora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração. As apurações do EBITDA e resultado financeiro, não consideram os efeitos decorrentes da implantação da norma contábil expedida pelo CPC 06 R2 (IFRS 16).

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 27 de agosto de 2018, foi contratada linha de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil para aplicação em reformas e investimentos em novas lojas no valor de R\$ 116.553 mil. Desse total, houve somente um primeiro desembolso em 22 de julho de 2019 no valor de R\$ 31.141 mil, um segundo desembolso no valor de R\$ 48.000 mil em 19/07/2021 e um terceiro desembolso no valor de 12.647mil em 10/11/2022 havendo, portanto, R\$ 24.765 mil (21% do total contratado) ainda à disposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O calendário de pagamento contratado é composto de 96 parcelas mensais sucessivas e anualmente crescentes, a partir de 15 de julho de 2023. Os encargos financeiros incidentes são de 0,21628%, 0,26434% e 0,21628% ao mês, respectivamente, caso os recursos sejam aplicados em municípios da região Nordeste considerados prioritários ou não prioritários, além da aplicação de índice de atualização monetária equivalente a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Os juros são pagos em bases trimestrais durante o período de carência, e mensalmente a partir de 15 de julho 2023, e estão sujeitos a aplicação de um desconto de 15% à título de bônus de adimplência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Período encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

	Exercício encerrado em	AV %^[2]	Exercício encerrado em	AV %^[2]	Varição horizontal %
	<u>31.12.22 ^[1]</u>		<u>31.12.21 ^[1]</u>		<u>31.12.2022 x 31.12.2021</u>
Receita operacional líquida	775.844	100,0%	721.887	100,0%	7,5%
Custo das mercadorias vendidas	(436.147)	-56,2%	(401.444)	-55,6%	8,6%
Lucro bruto	339.697	43,8%	320.443	44,4%	6,0%
Despesas operacionais	(406.448)	-52,4%	(409.740)	-56,8%	-0,8%
Despesas administrativas	(72.088)	-9,3%	(63.277)	-8,8%	13,9%
Despesas comerciais	(233.129)	-30,0%	(235.941)	-32,7%	-1,2%
Depreciação e amortização	(102.227)	-13,2%	(104.654)	-14,5%	-2,3%
Participação dos empregados nos resultados	(195)	0,0%	(47)	0,0%	314,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.191	0,2%	(5.821)	-0,8%	-120,5%
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(66.751)	-8,6%	(89.297)	-12,4%	-25,2%
Receitas financeiras	44.151	5,7%	19.467	2,7%	126,8%
Despesas financeiras	(159.641)	-20,6%	(103.176)	-14,3%	54,7%
Resultado financeiro, líquido	(115.490)	-14,9%	(83.709)	-11,6%	38,0%
Prejuízo antes do Imposto de renda e contribuição social	-182.241	-23,5%	(173.006)	-24,0%	5,3%
Imposto de renda e contribuição social	76.127	9,8%	66.220	9,2%	15,0%
Prejuízo do período	-106.114	-13,7%	(106.786)	-14,8%	-0,6%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

⁽²⁾ Representatividade em relação à receita líquida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 7,5%, de R\$ 721.887 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 775.844 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento equivalente a R\$ 53.957 mil, fundamentado sobretudo pelo aumento de 9% das vendas líquidas das lojas físicas, de R\$ 624.395 mil em 2021 para R\$ 680.435 mil em 2022, somada ao incremento de 48% das vendas líquidas dos canais de franquias, de R\$ 8.167 mil em 2021 para R\$ 12.108 mil em 2022. Adicionalmente houve um decréscimo de 13% das vendas líquidas dos canais digitais.

As vendas digitais da Companhia alcançaram a participação de 10% sobre as vendas totais, enquanto que representavam 11% em 2021. As vendas dos canais digitais se tornam uma importante alavanca para estratégia *omnichannel* e que ao final de 2022 atingiu 46,3% do share de vendas da companhia.

As vendas aos canais de franquias cresceram impulsionadas pela maturação de lojas e a inauguração de 2 novas unidades franqueadas (ao final de 2022 a Companhia apresenta 14 lojas franqueadas).

As receitas líquidas de produtos e serviços financeiros relacionadas ao comissionamento sobre originação e *spending* do Cartão Le biscuit, comissionamento sobre seguros, cartões conteúdos, recarga de celulares pré-pagos, etc. somaram R\$ 14.794 mil em 2022 (R\$ 10.307 mil em 2021). A performance de vendas dos produtos e serviços financeiros também revela o efeito reflexo da redução de fluxo de visitação em lojas físicas no período devido a existência de restrições operacionais e comportamento do consumidor em evitar uma frequência mais intensa de locais públicos.

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas aumentou 8,6%, de R\$ 401.444 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 436.147 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento equivalente a R\$ 34.703 mil.

O aumento no custo das mercadorias vendidas reflete o aumento de vendas com forte concentração nas vendas de lojas físicas.

Com a retomada dos principais eventos sazonais tivemos um maior fluxo de visitação de clientes às lojas físicas, somada a chegada impontual das mercadorias importadas com reflexo à formação de estoques em volumes acima dos níveis desejáveis, implicaram em queda de margem bruta, somada ainda à pressão promocional do perfil de demanda predominante em 2022, sobretudo no último trimestre.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 6%, de R\$ 320.443 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 339.697 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento equivalente a R\$ 19.254 mil.

Em resumo o aumento das vendas ocorrido no período, deu-se sob uma margem bruta inferior em comparação ao ano anterior. A margem bruta das vendas consolidadas em 2022 foi 43,8% enquanto que em 2021 foi de 44,4%. A concentração das vendas nos canais digitais e nas vendas a franquias são o principal

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

fundamento para a redução do percentual de margem bruta no comparativo entre 2022 e 2021.

Os principais fatores que contribuíram para a redução de margem em lojas físicas foram os efeitos do recebimento em atraso de mercadorias importadas que comprometeu a execução de eventos sazonais importantes como o Dia das Crianças, devido a desorganização temporária da cadeia de suprimento internacional causada pelo advento da Pandemia do Novo Corona vírus, a formação de estoques durante os períodos de forte de visitação a lojas físicas, decorrentes do comportamento predominante do público em evitar ambientes de aglomerações potenciais e a pressão promocional ocorrida majoritariamente no 4º trimestre de 2021 refletindo um ambiente econômico mais desafiador para o varejo de um modo geral.

Despesas operacionais

Despesas comerciais e administrativas

As despesas comerciais e administrativas aumentaram 2%, de R\$ 299.218 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 305.217 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a R\$ 5.999 mil.

As despesas administrativas apresentaram aumento de 13,9%, equivalente a R\$ 8.811 mil, basicamente refletindo pelo plano de reestruturação de dívida com negociações de repactuação de contratos financeiros com os seus principais credores bancários no valor de R\$ 5.907 mil e aos honorários com consultoria para renegociação de contratos de aluguéis no valor de R\$ 3.244 mil.

As despesas comerciais reduziram 1,2%, equivalente a R\$ 2.812 mil. O percentual de redução está vinculado com a variação das despesas exclusivas aos canais digitais.

Participação dos empregados nos resultados

As despesas com participação dos empregados nos resultados aumentaram 314,9%, de R\$ 47 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 195 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, aumento equivalente a R\$ 148 mil.

O aumento da despesa relacionada ao Programa de Excelência de premiação de melhores performances de lojas foi registrada no período.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas reduziram 120,5%, de uma despesa líquida de R\$ 5.821 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma receita líquida de R\$ 1.191 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, redução equivalente a R\$ 7.012 mil.

A redução decorre principalmente ao impacto do reconhecimento dos registros de créditos fiscais em 2022 no valor de R\$ 8.438 mil.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 2,3%, de R\$ 104.654 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 102.227 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 2.427 mil, principalmente devido ao encerramento das atividades de 06 lojas que ocorreram durante o exercício de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O prejuízo operacional reduziu 25,2%, de um prejuízo de R\$ 89.297 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um prejuízo de R\$ 66.751 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 22.546 mil, principalmente em decorrência do aumento da geração de caixa, expressa pela medida do EBITDA no montante de R\$ 65.513 mil.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 126,8%, de R\$ 19.467 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 44.151 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 24.684 mil.

O principal aumento ocorreu na conta de Variações cambiais ativas, no valor de R\$ 7.897 mil, que refletiu o ajuste decorrente da oscilação das taxas de câmbio nas operações contratadas originalmente em USD e EURO comparando ao ano anterior, somado a conta de Ajuste a valor presente no valor de R\$ 18.947 mil.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 54,7%, de R\$ 103.176 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 159.641 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 56.465 mil.

A Companhia adota a política contábil de classificar os juros sobre passivos de arrendamento e sobre empréstimos, financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa.

Há de se ressaltar o impacto do aumento da taxa de juros na economia brasileira durante os períodos sob comparação. Em Janeiro de 2021 a taxa SELIC era de 2% a.a. e encerrou Dezembro de 2022 ao patamar de 13,75% a.a..

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição aumentou em 24%, de R\$ 173.006 mil no período de encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi para R\$ 182.241 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 9.235 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os créditos de imposto de renda e contribuição social, líquidos de despesa, aumentaram 15% de um crédito de R\$ 66.220 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um crédito de R\$ 76.127 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 9.907 mil.

Prejuízo do período

O prejuízo líquido do exercício reduziu 0,6%, de um prejuízo líquido de R\$ 106.786 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um prejuízo líquido de R\$ 106.114 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 672 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

	Exercício encerrado em	AV %^[2]	Exercício encerrado em	AV %^[2]	Variação horizontal %
	<u>31.12.21^[1]</u>		<u>31.12.20^[1]</u>		<u>31.12.2021 x 31.12.2020</u>
Receita operacional líquida	721.887	100,0%	638.933	100,0%	13,0%
Custo das mercadorias vendidas	(401.444)	-55,6%	(334.645)	-52,4%	20,0%
Lucro bruto	320.443	44,4%	304.288	47,6%	5,3%
Despesas operacionais	(409.740)	-56,8%	(325.972)	-51,0%	25,7%
Despesas administrativas	(63.277)	-8,8%	(60.795)	-9,5%	4,1%
Despesas comerciais	(235.941)	-32,7%	(166.705)	-26,1%	41,5%
Depreciação e amortização	(104.654)	-14,5%	(98.660)	-15,4%	6,1%
Participação dos empregados nos resultados	(47)	0,0%	(1.759)	-0,3%	-97,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.821)	-0,8%	1.947	0,3%	-399,0%
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(89.297)	-12,4%	(21.684)	-3,4%	311,8%
Receitas financeiras	19.467	2,7%	53.026	8,3%	-63,3%
Despesas financeiras	(103.176)	-14,3%	(117.649)	-18,4%	-12,3%
Resultado financeiro, líquido	(83.709)	-11,6%	(64.623)	-10,1%	29,5%
Prejuízo antes do Imposto de renda e contribuição social	(173.006)	-24,0%	(86.307)	-13,5%	100,5%
Imposto de renda e contribuição social	66.220	9,2%	30.777	4,8%	115,2%
Prejuízo do período	(106.786)	-14,8%	(55.530)	-8,7%	92,3%

⁽³⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

⁽⁴⁾ Representatividade em relação à receita líquida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida aumentou 13%, de R\$ 638.933 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 721.887 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, aumento equivalente a R\$ 82.954 mil, fundamentado sobretudo pelo aumento de 537% das vendas líquidas nos canais digitais, de R\$ 12.289 mil em 2020 para R\$ 78.241 mil em 2021, somada ao incremento de 86% das vendas líquidas dos canais de franquias, de R\$ 4.397 mil em 2020 para R\$ 8.190 mil em 2021 e o aumento de 2% das vendas líquidas das lojas físicas.

As vendas digitais da Companhia alcançaram a participação de 11% sobre as vendas totais, enquanto que representavam 2% em 2020. O expressivo aumento das vendas dos canais digitais é resultado do desenvolvimento e aperfeiçoamento da proposta de vendas em modelo *omnichannel*, que progressivamente foi sendo adotado e ampliado para a rede de lojas físicas e que ao final de 2021 apresentou uma participação de 36,7% sobre o total das vendas digitais.

As vendas aos canais de franquias cresceram impulsionadas pela inauguração de 7 novas unidades franqueadas (ao final de 2021 a Companhia apresenta 12 lojas franqueadas).

O ainda tímido crescimento das vendas em lojas físicas (2%) ainda reflete o impacto das restrições operacionais impostas pelas autoridades governamentais mais notadamente no 1º semestre de 2021 devido a onda de disseminação da variante Delta do Corona vírus e consequente adoção de medidas de limitação de horários de funcionamento (operação parcial) ou mesmo fechamento de lojas, além dos impactos da desfiguração do calendário de vendas da Companhia por conta da inexistência ou extrema redução de eventos sazonais de extrema relevância.

Abaixo o comparativo médio de lojas em funcionamento mensalmente 2021 versus 2020.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2021	131	129	65	98	119	126	138	141	141	141	141	141
2020	136	136	63	10	14	63	87	126	136	137	137	138

Adicionalmente às medidas de restrição de operações, o ano calendário de 2021 foi ainda mais severamente afetado pela ausência, ou extrema redução de eventos sazonais de grande significado para as operações da Companhia, tais como Volta às aulas (devido a adoção de regime remoto para o sistema de ensino de um modo geral), e ausência de festividades como Carnaval e São João, em virtude das restrições às aglomerações, além do impacto generalizado aos eventos sazonais devido ao comportamento predominante do consumidor em se preservar, e evitar exposições em locais públicos, impactando todo o calendário de vendas do ano de 2021.

As receitas líquidas de produtos e serviços financeiros relacionadas ao comissionamento sobre originação e *spending* do Cartão Le biscuit, comissionamento sobre seguros, cartões conteúdo, recarga de celulares pré-pagos, etc. somaram R\$ 11.314 mil em 2021 (R\$ 11.044 mil em 2020). A performance de vendas dos produtos e serviços financeiros também revela o efeito reflexo da redução de fluxo de visitação em lojas físicas no período devido a existência de restrições operacionais e comportamento do consumidor em evitar uma frequência mais intensa de locais públicos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas aumentou 20%, de R\$ 334.645 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 401.444 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, aumento equivalente a R\$ 61.799 mil.

O aumento no custo das mercadorias vendidas reflete o aumento de vendas com forte concentração nas vendas dos canais digitais.

O contexto operacional de 2021 apresentou uma conjuntura extraordinária com efeitos da desorganização do calendário de vendas em seus eventos sazonais (pela ausência ou extrema redução em suas intensidades) e os impactos causados por problemas operacionais na cadeia de suprimentos, sobretudo para aqueles itens de origem importada que tiveram atrasos/impontualidades fora do comum e que contribuíram para comprometer a execução do planejamento comercial de vendas.

A combinação da falta da demanda regular para os produtos sazonais devido a retração extraordinária do fluxo de visitação de clientes às lojas físicas, somada a chegada imprecisa das mercadorias importadas com reflexo à formação de estoques em volumes acima dos níveis desejáveis, implicaram em queda de margem bruta, somada ainda à pressão promocional do perfil de demanda predominante em 2021, sobretudo no último trimestre.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 5,3%, de R\$ 304.288 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 320.443 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, aumento equivalente a R\$ 16.155 mil.

Em resumo o aumento das vendas ocorrido no período, deu-se sob uma margem bruta inferior em comparação ao ano anterior. A margem bruta das vendas consolidadas em 2021 foi 44,2% enquanto que em 2020 foi de 47,6%. A concentração do aumento das vendas nos canais digitais e nas vendas a franquias são o principal fundamento para a redução do percentual de margem bruta no comparativo entre 2021 e 2020.

Os principais fatores que contribuíram para a redução de margem em lojas físicas foram os efeitos do recebimento em atraso de mercadorias importadas que comprometeu a execução de eventos sazonais importantes como o Dia das Crianças, devido a desorganização temporária da cadeia de suprimento internacional causada pelo advento da Pandemia do Novo Corona vírus, a formação de estoques durante os períodos de forte de visitação a lojas físicas, decorrentes do comportamento predominante do público em evitar ambientes de aglomerações potenciais e a pressão promocional ocorrida majoritariamente no 4º trimestre de 2021 refletindo um ambiente econômico mais desafiador para o varejo de um modo geral.

Despesas operacionais

Despesas comerciais e administrativas

As despesas comerciais e administrativas aumentaram 32%, de R\$ 227.500 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 299.218 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R\$ 71.718 mil.

As despesas administrativas apresentaram aumento de 4%, equivalente a R\$ 2.482 mil, basicamente refletindo o aumento de dias operacionais em regime "não home office" no período e consequente aumento de custos e o efeito extraordinário positivo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

da aplicação da Medida Provisória 627/20 que concedeu redução e suspensão de jornada em 2020, com desoneração às despesas em R\$ 1.374 mil em 2020.

As despesas comerciais aumentaram 41,5%, equivalente a R\$ 69.236 mil. O percentual de aumento reflete o aumento global das vendas, com um forte excedente representado pela variação das despesas exclusivas aos canais digitais no valor de R\$ 36.702 mil.

O aumento das despesas relacionadas aos canais digitais deve-se principalmente ao expressivo investimento representado por: (i) acréscimo em despesas com marketing digital com o objetivo de massificar a divulgação e o conhecimento dos novos canais digitais pelo público em geral e fomentar o crescimento de vendas nesta nova frente de negócios; (ii) no fortalecimento do time dedicado aos canais digitais; (iii) aumento nas despesas com distribuição, inicialmente impulsionadas com a operação com forte concentração nas vendas do e-commerce, ainda sem a participação da rede de lojas físicas na distribuição dos produtos vendidos ao consumidor final, fato que ocorreu a medida da integração das lojas físicas à cadeia de distribuição, e a progressiva extensão para toda a rede de lojas (concluído somente em Outubro/21), quando esse custo foi sendo acomodado para patamares mais razoáveis e em conformidade com o projeto de omnicanalidade das vendas digitais; (iv) com suporte em Tecnologia; (v) terceirização de mão de obra logística; (vi) Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC; (vii) crescimento em despesas variáveis como royalties/licenciamento da plataforma de vendas, acréscimo de despesas com embalagens e taxas de comissões de vendas em cartões de crédito.

Esse expressivo acréscimo de despesas reflete o investimento efetuado no desenvolvimento dos canais digitais em seu primeiro ano de operação em um calendário full (janeiro a dezembro).

Vale destacar também o aumento decorrente do custo de ocupação de lojas, em função da redução dos descontos concedidos pelos locadores em comparação ao ano anterior, com impacto no valor de R\$ 3.008 mil e o efeito de acréscimos de despesas de locação em decorrência do maior período de dias de operação em 2021 em relação a 2020 no montante de R\$ 6.427 mil.

Também em função de uma menor restrição de dias de operação em 2021 comparativamente a 2020, houve a incidência de despesas operacionais para um período de atividades maior como energia elétrica, manutenção predial, marketing off e despesas com telefonia. Destaca-se ainda o crescimento das despesas variáveis por consequência do aumento das vendas em lojas físicas como despesa com frete de distribuição de mercadorias às lojas, material de embalagens e taxa de comissões de cartões.

Por último, no comparativo com 2020, não houve em 2021 os benefícios extraordinários decorrentes da adoção da Medida Provisória n.º 927/20, que permitiu a suspensão e/ou redução da jornada de trabalho para o quadro de lojas equivalentes a R\$ 8.688 mil.

Participação dos empregados nos resultados

As despesas com participação dos empregados nos resultados reduziram 97%, de R\$ 1.759 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 47 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, redução equivalente a R\$ 1.712 mil.

A redução deve-se à não constituição de provisão para pagamento de participação dos empregados no resultado de 2021 devido ao não atingimento das metas de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

negócio. Apenas a despesa relacionada ao Programa de Excelência de premiação de melhores performances de lojas foi registrada no período.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas reduziram 399%, de uma receita líquida de R\$ 1.947 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa líquida de R\$ 5.821 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, redução equivalente a R\$ 7.768 mil.

A redução decorre principalmente ao impacto do reconhecimento de provisão para desmantelamento de ativos relacionada a plano de fechamento de 6 lojas a partir de 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 3.685 mil, somado ao efeito de registro de créditos fiscais a maior em 2020 no valor de R\$ 1.578 relacionados a recuperação de créditos previdenciários.

Depreciação e amortização

As despesas com depreciação e amortização aumentaram 6%, de R\$ 98.660 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 104.654 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 5.994 mil, principalmente devido ao início da depreciação do projeto de expansão do centro de distribuição e amortização de outros projetos que foram gradualmente sendo colocados em produção (relacionados a Tecnologia e Agenda Digital), com efeito de R\$ 2.557 mil na despesa de depreciação do ano de 2021, além da amortização de 4 novas lojas e reformas capitalizáveis, com efeito de R\$ 912 mil e a amortização adicional de 04 novas capitalizações de contratos de arrendamento das novas lojas e efeitos de renovações de contratos à carga de depreciação do ativo intangível, com efeito de R\$ 2.417 mil à despesa de depreciação de 2021.

Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O prejuízo operacional aumentou 312%, de um prejuízo de R\$ 21.684 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$ 89.297 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 67.613 mil, principalmente em decorrência da queda da geração de caixa, expressa pela medida do EBITDA no montante de R\$ 34.834 mil, com fundamento nas consequências da vigência do período de pandemia durante todo o ano de 2021..

Receitas financeiras

As receitas financeiras diminuíram 63%, de R\$ 53.026 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 19.467 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 33.559 mil.

A principal redução ocorreu na conta de Operações com derivativos, líquidas, no valor de R\$ 29.172 mil, que refletiu um menor impacto nos registros contábeis de origem em instrumentos de proteção de hedge contra oscilações de cotações de moeda estrangeira devido a menor volatilidade de ajustes de variação cambial durante ano de 2021 comparativamente ao ano anterior. Adicionalmente, e devido ao mesmo fundamento, houve uma redução de R\$ 5.757 mil na conta de Variação cambial ativa.

Despesas financeiras

As despesas financeiras diminuíram 12%, de R\$ 117.649 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 103.176 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 14.473 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A redução das despesas financeiras reflete a redução das variações cambiais passivas no valor de R\$ 48.752 mil, devido a menor volatilidade das taxas de câmbio de moedas estrangeiras durante o ano de 2021 em comparação ao ano anterior. Por outro lado houve o registro de despesas adicionais em 2021 de efeitos de marcação a mercado sobre instrumentos derivativos de hedge cambial no valor de R\$ 5.495 mil e de perda sobre derivativos de proteção sobre juros no valor de R\$ 2.890 mil.

Adicionalmente houve em 2021 aumento da despesa financeira relacionada a juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures no valor de R\$ 24.784 mil, em virtude principalmente do aumento da taxa básica de juros de 404,0%, bem como devido ao reflexo do maior endividamento médio bruto da Companhia em 26,5%.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição aumentou em 100%, de R\$ 86.307 mil no período de encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi para R\$ 173.006 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 86.699 mil, devido, principalmente, ao impacto da diminuição da geração de caixa devido aos impactos operacionais relacionados à vigência da pandemia do COVID 19 e aos esforços de desenvolvimento dos canais digitais (queda de EBITDA de R\$ 61.741 mil) somada a uma despesa financeira líquida superior em R\$ 19.086 mil, além do acréscimo da despesa de depreciação e amortização em R\$ 5.994 mil e efeitos negativos diversos, principalmente relacionados a constituição de provisões para fazer face a perda contábil relacionada a baixa de ativos de 6 lojas no valor de R\$ 3.594 mil e a redução da contribuição de recuperação de impostos em R\$ 1.497 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os créditos de imposto de renda e contribuição social, líquidos de despesa, aumentaram 115% de um crédito de R\$ 30.777 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um crédito de R\$ 66.220 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 35.443 mil.

A variação deve-se principalmente ao aumento do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro de R\$ 68.600 mil gerados em 2021, e consequente acréscimo no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 23.324 mil.

Prejuízo do período

O prejuízo líquido do exercício aumentou 92%, de um prejuízo líquido de R\$ 55.530 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo líquido de R\$ 106.786 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 51.256 mil, devido a diminuição da geração de caixa em virtude dos impactos operacionais relacionados à vigência da pandemia do COVID 19 e aos esforços de desenvolvimento dos canais digitais (queda de EBITDA de R\$ 56.211 mil) somada a uma despesa financeira líquida superior em R\$ 19.086 mil, além do acréscimo da despesa de depreciação e amortização em R\$ 5.994 mil e efeitos negativos diversos, principalmente relacionados a constituição de provisões para fazer face a perda contábil relacionada a baixa de ativos de 6 lojas no valor de R\$ 3.594 mil e a redução da contribuição de recuperação de impostos em R\$ 1.497 mil, líquidos da maior constituição de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$ 35.681 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

	AV % ^[2]		AV % ^[2]		Variação horizontal %
	<u>Em</u> <u>31.12.22^[1]</u>	<u>Em 31.12.22</u>	<u>Em</u> <u>31.12.21^[1]</u>	<u>Em 31.12.21</u>	<u>30.12.2022</u> <u>X</u> <u>31.12.2021</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	218.518	17,3%	144.905	11,8%	50,8%
Instrumentos financeiros derivativos	363	0,0%	3.834	0,3%	-90,5%
Títulos e valores mobiliários	0	0,0%	381	0,0%	-100,0%
Contas a receber de clientes	103.997	8,2%	124.445	10,1%	-16,4%
Estoques	149.883	11,9%	210.026	17,1%	-28,6%
Tributos a recuperar	24.811	2,0%	19.252	1,6%	28,9%
Outros ativos	9.815	0,8%	9.716	0,8%	1,0%
Total do ativo circulante	507.387	40,1%	512.559	41,6%	-1,0%
Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	1.573	0,1%	178	0,0%	783,7%
Tributos recuperar	82.641	6,5%	77.310	6,3%	6,9%
Depósitos judiciais	4.404	0,3%	2.470	0,2%	78,3%
Tributos diferidos	211.470	16,7%	132.827	10,8%	59,2%
Direito de Uso	230.138	18,2%	242.154	19,7%	-5,0%
Imobilizado	189.576	15,0%	228.118	18,5%	-16,9%
Intangível	36.540	2,9%	35.752	2,9%	2,2%
Total do ativo não circulante	756.342	59,9%	718.809	58,4%	5,2%
Total ativo	1.263.729	100,0%	1.231.368	100,0%	2,6%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao total ativo

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentaram 50,8%, de R\$ 144.905 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 218.518 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 73.613 mil.

O efeito positivo na formação do saldo de caixa de R\$ 68.281 mil relacionado as aplicações financeiras em renda fixa foram contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, possuem baixo risco de liquidez e remuneração média de 99% do CDI (31 de dezembro 2021 - 88,1%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)

Os instrumentos financeiros derivativos diminuíram 51,7%, de R\$ 4.012 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.936 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 2.076 mil, como reflexo da menor volatilidade das cotações das moedas estrangeiras que são objeto da contratação dos instrumentos derivativos de proteção das obrigações de financiamento originalmente firmados em dólar norte-americano e imediatamente convertidos para moeda local (linhas de financiamento de modalidade 4.131) ou de contratos de NDF ("*Non deliverable forward*"), celebrados como instrumentos de proteção em contrapartida às obrigações de carta de crédito de importações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes diminuíram 16,4%, de R\$ 124.445 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 103.997 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 20.448 mil. A redução é um efeito líquido de uma antecipação de recebíveis efetuada no mês de dezembro de 2022 no montante de R\$ 72.125 mil e da recuperação do contas a receber, a medida da retomada das vendas em relação ao ano anterior (crescimento de 8,7%).

Estoques

Os estoques diminuíram 28,6%, de R\$ 210.026 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 149.883 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 60.143 mil, principalmente pela expressiva redução de volumes de estoques, com maior assertividade da previsão de vendas, compras ajustadas e ganhos de produtividade na cadeia logística.

Tributos a recuperar (circulante)

Os tributos a recuperar aumentaram 28,9%, de R\$ 19.252 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 24.811 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 5.559 mil.

Outros ativos

Outros ativos aumentaram 1%, de R\$ 9.716 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.815 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 99 mil.

Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar aumentaram 6,9%, de R\$ 77.310 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 82.641 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 5.331 mil.

O aumento dos tributos a recuperar decorre da adequação dos saldos de impostos a recuperar entre curto prazo e longo prazo, com base na expectativa de realização, além da atualização monetária de impostos sujeitos a correção.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos aumentaram 59,2%, de R\$ 132.827 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 211.470 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ R\$ 78.643 mil em decorrência da formação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Direito de uso

O direito de uso reduziu 5%, de R\$ 242.154 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 230.138 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 12.016 mil, em decorrência principalmente da depreciação dos ativos relacionados a contratos de arrendamento vigentes no valor de R\$ 52.060 mil, em conformidade com seus prazos de contratação.

Imobilizado

O imobilizado reduziu 16,9%, de R\$ 228.118 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 189.576 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 38.542 mil, devido, principalmente, ao efeito da depreciação dos ativos em R\$ 50.167 mil.

Intangível

O ativo intangível aumentou 2,2%, de R\$ 35.752 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 36.540 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 788 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

	Em 31.12.22^[1]	AV %^[2] Em 31.12.22	Em 31.12.21^[1]	AV %^[2] Em 31.12.21	Variação horizontal % 31.12.2022 x 31.12.2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	224.272	17,7%	144.330	11,7%	55,4%
"Obrigações decorrentes de compras de mercadorias"	341	0,0%	26.041	2,1%	-98,7%
Empréstimos e financiamentos	76.748	6,1%	131.864	10,7%	-41,8%
Debêntures	24.195	1,9%	50.808	4,1%	-52,4%
Instrumentos financeiros derivativos	2.896	0,2%	1.862	0,2%	55,5%
Obrigações trabalhistas	17.745	1,4%	13.806	1,1%	28,5%
Obrigações tributárias	21.584	1,7%	7.412	0,6%	191,2%
Passivo de arrendamento	66.909	5,3%	79.867	6,5%	-16,2%
Outras contas a pagar	20.592	1,6%	12.552	1,0%	64,1%
Total do passivo circulante	455.282	36,0%	468.542	38,1%	-2,8%
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	235.089	18,6%	187.870	15,3%	25,1%
Debêntures	200.699	15,9%	177.044	14,4%	13,4%
Instrumentos financeiros derivativos	63	0,0%	1.213	0,1%	-94,8%
Passivo de arrendamento	205.044	16,2%	213.448	17,3%	-3,9%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18.624	1,5%	14.407	1,2%	29,3%
Outras contas a pagar	32.358	2,6%	8.410	0,7%	284,8%
Total do passivo não circulante	691.877	54,7%	602.392	48,9%	14,9%
Patrimônio líquido					
Capital social	422.666	33,4%	345.166	28,0%	22,5%
Reserva de capital	9.044	0,7%	9.249	0,8%	-2,2%
Prejuízos acumulados	(315.144)	-24,9%	(193.984)	-15,8%	62,5%
Participação dos não controladores	4	0,0%	3	0,0%	33,3%
Total do patrimônio líquido	116.570	9,2%	160.434	13,0%	-27,3%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.263.729	100,0%	1.231.368	100,0%	2,6%

⁽¹⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

⁽²⁾ Representatividade em relação ao total passivo e patrimônio líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo circulante

Fornecedores

A conta de fornecedores aumentou 55,4%, de R\$ 144.330 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 224.272 em 31 de dezembro de 2022, equivalente a R\$ 79.942 mil.

A variação do saldo de fornecedores é reflexo das negociações de postergações referentes as obrigações com compras de mercadorias nacionais.

Obrigações decorrentes de compras de mercadorias

As obrigações decorrentes de compras de mercadorias reduziram 98,7%, de R\$ 26.041 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 341 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 25.700 mil.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo total de empréstimos e financiamentos diminuiu 2,5%, de R\$ 319.734 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 311.837 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 7.897 mil.

A diminuição deve-se basicamente às amortizações e pré pagamentos ocorridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 174.686 mil somadas aos juros de R\$ 32.080 pagos no período, líquidas de captações de R\$ 165.347 mil e juros provisionados em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 37.842 mil.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo total de debêntures reduziu 1,3%, de R\$ 227.852 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 224.894 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 2.958 mil.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 houve pagamento de juros sobre debêntures no montante de R\$ 27.172 mil, líquidos de alocação de R\$ 844 mil de custos de transações. Em 31 de dezembro de 2022 havia saldo de provisão de juros a pagar em R\$ 30.650 mil.

Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)

O passivo total com Instrumentos financeiros derivativos reduziu 3,8%, de R\$ 3.075 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.959 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 116 mil. A redução reflete os efeitos de marcação a mercado dos instrumentos de proteção contra oscilações de moeda estrangeira e de juros.

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas aumentaram 28,5%, de R\$ 13.806 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 17.745 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 3.939 mil. Houve um aumento decorrente de provisão de pessoal e encargos no valor de 2.732 mil.

Obrigações tributárias

As obrigações tributárias aumentaram 191,2%, de R\$ 7.412 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 21.584 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de R\$ 14.172 mil. O aumento no saldo ocorre basicamente pelo crescimento de 8,7% das vendas comparado com o ano anterior.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

O passivo de arrendamento reduziu 7,3%, de R\$ 293.315 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 271.953 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 21.362 mil, e deveu-se a adição de novos contratos de arrendamento no valor de R\$ 47.617 mil, somados a ajustes de remensuração no valor de R\$ 26.284 mil e a provisão de juros sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 23.244 mil, líquidos de pagamentos de principal de contraprestações no valor de R\$ 54.763 mil, pagamentos de juros sobre contraprestações em R\$ 20.403 mil e dos descontos obtidos em contraprestações no montante de R\$ 13.432 mil.

Outras contas a pagar (circulante)

As outras contas a pagar do passivo circulante aumentaram 64,1%, de R\$ 12.552 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 20.592 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 8.040 mil. O aumento do saldo decorre basicamente dos registros de bens de terceiros em comodato e ao aumento de bens para atendimento das operações do centro de distribuição.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo de Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários aumentou 29,3%, de R\$ 14.407 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 18.624 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a um aumento de R\$ 4.217 mil. O aumento do saldo deve-se a constituição de contingência tributária no valor de R\$ 2.193 mil, além das atualizações correntes para correção dos saldos existentes no valor de R\$ 1.787 mil.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido diminuiu 27,3%, de R\$ 160.434 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 116.570 mil em 31 de dezembro de 2022, equivalente a uma redução de R\$ 43.864 mil em decorrência da apresentação de prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 106.114 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

		AV % ^[2]		AV % ^[2]	Variação horizontal %
	<u>Em 31.12.21^[1]</u>	<u>Em 31.12.21</u>	<u>Em 31.12.20^[1]</u>	<u>Em 31.12.20</u>	<u>30.12.2021 x</u> <u>31.12.2020</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	144.905	11,8%	301.008	23,2%	-51,9%
Instrumentos financeiros derivativos	3.834	0,3%	6.065	0,5%	-36,8%
Títulos e valores mobiliários	381	0,0%	-	-	-100,0%
Contas a receber de clientes	124.445	10,1%	136.620	10,6%	-8,9%
Estoques	210.026	17,1%	155.788	12,0%	34,8%
Tributos a recuperar	19.252	1,6%	33.207	2,6%	-42,0%
Outros ativos	9.716	0,8%	4.796	0,4%	102,6%
Total do ativo circulante	512.559	41,6%	637.484	49,2%	-19,6%
Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	-	-	381	0,0%	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	178	0,0%	2.898	0,2%	-99,7%
Tributos recuperar	77.310	6,3%	64.895	5,0%	2567,7%
Depósitos judiciais	2.470	0,2%	2.374	0,2%	-96,2%
Tributos diferidos	132.827	10,8%	65.052	5,0%	5495,1%
Direito de Uso	242.154	19,7%	243.403	18,8%	-0,5%
Imobilizado	228.118	18,5%	248.595	19,2%	-8,2%
Intangível	35.752	2,9%	29.600	2,3%	20,8%
Total do ativo não circulante	718.809	58,4%	657.198	50,8%	9,4%
Total ativo	1.231.368	100,0%	1.294.682	100,0%	-4,9%

⁽³⁾ Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

⁽⁴⁾ Representatividade em relação ao total ativo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa diminuíram 52%, de R\$ 301.008 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 144.905 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma diminuição de R\$ 156.203 mil.

A comparação dos saldos revela a forte influência da expressiva queda de geração de caixa por conta dos efeitos da pandemia do COVID-19 que contribuiu positivamente somente com R\$ 17.777 mil para a posição de caixa, devido ao impacto das restrições de operação em períodos pontuais, mais notadamente no 1º semestre de 2021, e ao esvaziamento do calendário de eventos sazonais como Volta às aulas, Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, São João, dentre outros, além da própria redução do fluxo de visitação de lojas devido ao comportamento predominante do público consumidor em evitar aglomerações em locais públicos durante todo o período de vigência da pandemia.

Destaca-se também o efeito negativo nas contas que formam o capital de giro no montante de R\$ 50.912 mil principalmente devido a formação de excedentes de estoques (R\$ 54.238 mil em 31 de dezembro de 2021) em virtude dos impactos operacionais causados pela pandemia da COVID-19.

Há também o efeito negativo na formação do saldo de caixa de R\$ 78.810 mil relacionado ao caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento, que expressa o maior pagamentos de juros sobre empréstimos e debêntures em R\$ 38.669 mil, aumento de pagamentos de compromissos de principal e juros de passivos de arrendamento em R\$ 51.855 mil, aumento de pagamentos de custos de transações financeiras em R\$ 9.096 mil e a quitação de obrigação com compromisso de juros sobre capital próprio em R\$ 6.892 mil, líquidos de resultado de captações líquidas no montante de R\$ 27.702 mil.

Por último ainda há o impacto negativo de R\$ 43.455 mil relacionado a investimentos no ativo imobilizado, principalmente relacionados a expansão de 4 novas lojas (R\$ 11.530 mil), sistemas e equipamentos de tecnologia (R\$ 14.596 mil), reformas de lojas (R\$ 8.798 mil), ampliação do centro de distribuição (R\$ 5.048 mil), agenda digital (R\$ 3.060 mil) e imposto de renda e contribuição social pagos no período no valor de R\$ 1.423 mil.

Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)

Os instrumentos financeiros derivativos diminuíram 55%, de R\$ 8.963 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.012 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 4.951 mil, como reflexo da menor volatilidade das cotações das moedas estrangeiras que são objeto da contratação dos instrumentos derivativos de proteção das obrigações de financiamento originalmente firmados em dólar norte-americano e imediatamente convertidos para moeda local (linhas de financiamento de modalidade 4.131) ou de contratos de NDF ("*Non deliverable forward*"), celebrados como instrumentos de proteção em contrapartida às obrigações de carta de crédito de importações.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes diminuíram 9%, de R\$ 136.620 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 124.445 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 12.175 mil. A redução é um efeito líquido de uma antecipação de recebíveis efetuada no mês de dezembro de 2021 no montante de R\$ 30.200 mil e da recuperação do contas a receber, a medida da retomada das vendas em relação ao ano anterior (crescimento de 12,8%).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Estoques

Os estoques aumentaram 35%, de R\$ 155.788 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 210.026 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 54.238 mil, principalmente em virtude da formação de excedente de estoque de origem importada devido aos atrasos de abastecimentos relacionados a desorganização temporária da cadeia de suprimento internacional em função dos efeitos da pandemia do COVID 19.

Tributos a recuperar (circulante)

Os tributos a recuperar diminuíram 42%, de R\$ 33.207 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 19.252 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 13.955 mil.

A diminuição dos tributos a recuperar foi proveniente da compensação de saldo credor de IRPJ e CSLL de anos anteriores com pagamento de obrigações previdenciárias no valor R\$ 6.662 mil.

Adicionalmente em 31 de dezembro de 2021 houve adequação da apresentação dos saldos de impostos a recuperar, entre curto prazo e longo prazo com a reclassificação de R\$ 9.725 mil de curto para longo prazo, com base na análise de expectativa de realização.

Outros ativos

Outros ativos aumentaram 103%, de R\$ 4.796 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 9.716 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 4.920 mil.

O aumento de outros ativos deve-se ao registro de R\$ 1.723 mil de créditos com fornecedores de mercadorias nacionais relacionados aos termos de acordos comerciais firmados entre as partes, além de aumento na linha de bens em comodato no valor de R\$ 1.084 mil, em atendimento às operações do centro de distribuição.

Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar aumentaram 19,1%, de R\$ 64.895 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 77.310 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 12.415 mil.

O aumento dos tributos a recuperar decorre da adequação dos saldos de impostos a recuperar entre curto prazo e longo prazo no valor R\$ 9.725 mil, com base na expectativa de realização, além da atualização monetária de impostos sujeitos a correção no valor de R\$ 1.416 mil.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos aumentaram 104%, de R\$ 65.052 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 132.827 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ R\$ 67.775 mil em decorrência da formação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro de R\$ 138.614 mil , basicamente como reflexo dos efeitos da crise do COVID-19 na operação da Companhia.

Direito de uso

O direito de uso diminuiu 0,5%, de R\$ 243.403 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 242.154 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 1.249 mil, em decorrência principalmente da depreciação dos ativos relacionados a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

contratos de arrendamento vigentes no valor de R\$ 56.329 mil, em conformidade com seus prazos de contratação, somados a baixa de valores a receber referentes a sublocação dos contratos de duas lojas, no valor de R\$ 2.086 mil, líquidos da atualização de valores por sublocação em R\$ 307 mil, da capitalização de 04 novos contratos relacionados as novas lojas integradas à rede no valor de R\$ 38.667 mil, além de ajustes de remensuração por reajustes contratuais ocorridos durante o ano no valor de R\$ 18.192 mil.

Imobilizado

O imobilizado diminuiu 8%, de R\$ 248.595 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 228.118 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 20.447 mil, devido, principalmente, ao efeito da depreciação dos ativos em R\$ 44.524 mil, somada a transferência do saldo de R\$ 16.293 mil de itens do ativo imobilizado em andamento para o ativo intangível (basicamente referentes a projetos relacionados a agenda digital), baixa de ativos a valores residuais (líquidos de depreciação) em R\$ 163 mil e constituição de provisão para baixa de ativos em R\$ 2.966 mil (como reflexo do plano de fechamento de 06 lojas a partir de 31 de dezembro de 2021), líquidos do total de adições do imobilizado no valor total de R\$ 43.450 mil, sendo as principais relacionadas aos investimentos em: Tecnologia da informação e agenda digital (R\$ 17.656 mil); ampliação e modernização do centro de distribuição (R\$ 5.048 mil); 04 novas lojas (R\$ 11.530 mil) e reformas e manutenção de lojas (R\$ 8.798 mil).

Intangível

O ativo intangível aumentou 21%, de R\$ 29.600 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 35.752 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 6.152 mil.

O aumento do ativo intangível deve-se as transferências de R\$ 16.293 mil do ativo imobilizado em andamento relacionados a gastos com desenvolvimento de softwares e outros intangíveis reclassificados em definitivo para essa conta contábil somadas a capitalização de R\$ 175 mil de investimentos em revisão de processos de negócio, líquidos de baixas, líquidas de amortizações acumuladas em R\$ 522 mil e de amortizações dos fundos de comércio, softwares e outros intangíveis no montante de R\$ 9.620 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS (PASSIVOS)

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

	Em 31.12.21^[1]	AV %^[2] Em 31.12.21	Em 31.12.20^[1]	AV %^[2] Em 31.12.20	Variação horizontal % 31.12.2021 x 31.12.2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	144.330	11,7%	143.787	11,1%	0,4%
"Obrigações decorrentes de compras de mercadorias"	26.041	2,1%	17.383	1,3%	49,8%
Empréstimos e financiamentos	131.864	10,7%	119.274	9,2%	10,6%
Debêntures	50.808	4,1%	37.603	2,9%	35,1%
Instrumentos financeiros derivativos	1.862	0,2%	-	-	-100,0%
Obrigações trabalhistas	13.806	1,1%	14.989	1,2%	-7,9%
Obrigações tributárias	7.412	0,6%	20.416	1,6%	-63,7%
Juros sobre capital próprio a pagar	-	0,0%	6.892	0,5%	-100,0%
Passivo de arrendamento	79.867	6,5%	61.752	4,8%	29,3%
Outras contas a pagar	12.552	1,0%	10.963	0,8%	14,5%
Total do passivo circulante	468.542	38,1%	433.059	33,4%	8,2%
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	187.870	15,3%	256.315	19,8%	-26,7%
Debêntures	177.044	14,4%	106.224	8,2%	66,7%
Instrumentos financeiros derivativos	1.213	0,1%	-	-	-100,0%
Passivo de arrendamento	213.448	17,3%	217.336	16,8%	-1,8%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14.407	1,2%	11.816	0,9%	21,9%
Outras contas a pagar	8.410	0,7%	8.137	0,6%	3,4%
Total do passivo não circulante	602.392	48,9%	599.828	46,3%	0,4%
Patrimônio líquido					
Capital social	345.166	28,0%	345.166	26,7%	0,0%
Reserva de capital	9.249	0,8%	5.459	0,4%	69,4%
Prejuízos acumulados	(193.984)	-15,8%	(88.834)	-6,9%	118,4%
Participação dos não controladores	3	0,0%	4	0,0%	-25,0%
Total do patrimônio líquido	160.434	13,0%	261.795	20,2%	-38,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.231.368	100,0%	1.294.682	100,0%	-4,9%

(3) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(4) Representatividade em relação ao total passivo e patrimônio líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo circulante

Fornecedores

A conta de fornecedores diminuiu 0,4%, de R\$ 143.787 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 144.330 em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R\$ 543 mil.

A variação do saldo com obrigações a fornecedores reflete uma estabilidade dos compromissos a pagar e revela que a principal variação está de fato relacionada a conta de estoques, que aumentou em virtude dos desvios nas vendas versus o volume planejado e devido a desorganização temporária da cadeia de suprimento, sobretudo de origem estrangeira, que implicou em atrasos na chegada de mercadorias e por consequência também contribuiu para a formação de um excedente de estoques ao final do ano de 2021.

Obrigações decorrentes de compras de mercadorias

As obrigações decorrentes de compras de mercadorias aumentaram 50%, de R\$ 17.383 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 26.041 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 8.658 mil.

O aumento é resultado da contratação de operações de confirming até 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 45.987 mil, somados a R\$ 20.221 mil em cartas de crédito de importações vinculadas a obrigações com fornecedores estrangeiros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos de pagamentos realizados em R\$ 57.550 mil, sendo R\$ 37.981 mil de liquidações de operações de confirming e R\$ 19.569 mil relacionados a quitação de compromissos de cartas de crédito de importações.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo total de empréstimos e financiamentos diminuiu 15%, de R\$ 375.589 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 319.734 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 55.855 mil.

A diminuição deve-se basicamente às amortizações e pré pagamentos ocorridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 199.715 mil somadas aos juros de R\$ 29.799 pagos no período, líquidas de captações de R\$ 142.973 mil e juros provisionados em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 30.714 mil.

Debêntures (circulante e não circulante)

O saldo total de debêntures aumentou 58%, de R\$ 143.827 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 227.852 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 84.025 mil.

O aumento do saldo total de obrigações com debêntures deve-se a 4ª emissão de R\$ 120 milhões ocorrida em 06 de Agosto de 2021 de debêntures simples, privada, não conversíveis em ações com vencimento em parcelas mensais no período de 12 anos, considerando um período de carência de 6 meses, com pagamento de juros mensais, calculados em 7,1605% a.a. mais variação do IPCA. Em 26 de agosto de 2021 a Companhia realizou uma operação de Swap convertendo a taxa de 7,1605% a.a. + IPCA (ponta ativa) para 3,26% a.a. + CDI (ponta passiva), seguindo o mesmo fluxo e calendário de amortização da debênture acima mencionada.

Em Fevereiro e Agosto, respectivamente houve as amortizações das duas parcelas semestrais no total de R\$ 35.556 mil da 3ª emissão de debêntures simples, privada,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

não conversíveis em ações, emitida em agosto de 2019 no valor de R\$ 160 milhões com vencimento final em agosto de 2024.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 houve pagamento de juros sobre debêntures no montante de R\$ 8.870 mil e pagamento de custos de estruturação no valor de R\$ 8.053 mil, líquidos de alocação de R\$ 451 mil de custos de transações. Em 31 de dezembro de 2021 havia saldo de provisão de juros a pagar em R\$ 16.053 mil.

Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante)

O passivo total com Instrumentos financeiros derivativos aumentou de R\$0 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 3.075 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 3.075 mil. O aumento reflete os efeitos de marcação a mercado dos instrumentos de proteção contra oscilações de moeda estrangeira e de juros.

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas diminuíram 8%, de R\$ 14.989 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 13.806 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 1.183 mil. A redução no saldo está relacionado a inexistência de provisão para remuneração variável, uma vez que as metas de negócio para o período findo em 31 de dezembro de 2021 não foram atingidas, em conformidade com as políticas internas da companhia (em 2020 esse valor foi R\$ 3.228 mil). Em contrapartida houve um aumento decorrente de provisão para desmantelamento no valor 739 mil, refletindo o plano de encerramento de 6 lojas, além de efeitos de ajustes na linha de provisão de férias e encargos no valor de 1.514 mil.

Obrigações tributárias

As obrigações tributárias diminuíram 64%, de R\$ 20.416 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7.412 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 13.004 mil. A redução no saldo ocorre basicamente pela compensação de saldo credor de ICMS no estado da BA no montante de R\$ 6.745 mil.

Juros sobre capital próprio a pagar

Os juros sobre capital próprio a pagar diminuíram 100%, de R\$ 6.892 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$0 em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 6.892 mil. A redução no saldo ocorre pela quitação em 15 de setembro de 2021 da obrigação dos juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas da Companhia, consignada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

O passivo de arrendamento aumentou 5%, de R\$ 279.088 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 293.315 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 14.227 mil, e deveu-se a adição de 04 novos contratos de arrendamento no valor de R\$ 33.667 mil, somados a ajustes de remensuração no valor de R\$ 18.193 mil e a provisão de juros sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, líquidos de pagamentos de principal de contraprestações no valor de R\$ 37.775 mil, pagamentos de juros sobre contraprestações em R\$ 14.100 mil e dos descontos obtidos em contraprestações no montante de R\$ 13.432 mil.

Outras contas a pagar (circulante)

As outras contas a pagar do passivo circulante aumentaram 15%, de R\$ 10.963 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 12.552 mil em 31 de dezembro de 2021,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

equivalente a um aumento de R\$ 1.589 mil. O aumento do saldo decorre basicamente dos registros de bens de terceiros em comodato no valor de R\$ 1.041 mil, com o aumento de bens para atendimento das operações do centro de distribuição.

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo de Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários aumentou 21%, de R\$ 11.816 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 14.407 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a um aumento de R\$ 2.591 mil. O aumento do saldo deve-se a constituição de contingência tributária no valor de R\$ 1.812 mil, além das atualizações correntes para correção dos saldos existentes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido diminuiu 39%, de R\$ 261.795 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 160.434 mil em 31 de dezembro de 2021, equivalente a uma redução de R\$ 101.361 mil em decorrência da apresentação de prejuízo líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 106.786 mil, líquido de opções de compra de ações outorgadas no valor de R\$ 5.307 e emissão de opções com aquisição da empresa XgB no valor de 388 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

			Variação horizontal%
	<u>Exercício encerrado em 31.12.2022</u>	<u>Exercício encerrado em 31.12.2021</u>	<u>2022 x 2021</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	169.812	(33.838)	-601,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20.908)	(43.455)	-51,9%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(75.291)	(78.810)	-4,5%

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais reduziu de um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 33.838 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa aplicado nas atividades operacionais de R\$ 169.812 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2022, acréscimo de 602%, equivalente a R\$ 203.650 mil.

Os principais efeitos positivos da movimentação das contas de capital de giro advêm das contas a receber com contribuição de ganho no valor de R\$ 21.475 mil em 2022 devido a uma antecipação de recebíveis de cartões de crédito efetuada em Dezembro de 2022, enquanto que em 2021 as contas a receber aumentaram R\$ 8.288 mil e a contribuição positiva à posição de capital de giro das obrigações com compromissos de fornecedores em 2022 de R\$ 64.040 mil e em 2021 de R\$ 9.460 mil. Somado aos efeitos positivos no comparativo entre 2022 versus 2021 decorrem principalmente da redução dos estoques em 2022 no valor de R\$ 52.450 mil.

Adicionalmente a realização do saldo de Tributos a recuperar, líquida da redução de Obrigações tributárias em 2022, apresenta ganho de R\$ 8.128 mil, enquanto que a movimentação líquida dessas mesmas contas em 2021 foi um ganho de R\$ 819 mil. O somatório dos principais itens de movimentação líquida positiva no comparativo entre 2022 e 2021 perfaz R\$ 197.859 mil.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos reduziu de R\$ 43.455 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 20.908 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, reduzindo 52%, o equivalente a R\$ 22.547 mil.

A redução do caixa líquido utilizado nas atividades de investimento está relacionada à agenda de expansão que não houve no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, enquanto executamos o valor total de 16.578 mil referentes à frente de expansão no período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento reduziu de R\$ 78.810 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 75.291 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, reduzindo 4,5%, o equivalente a R\$ 3.519 mil.

A redução no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 deve-se principalmente ao maior volume de amortizações do principal no período (R\$ 174.686 mil) ante aos R\$ 199.715 mil registrados em 2021, o que perfaz um decréscimo de R\$ 25.029 mil.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto %)

			Variação horizontal%
	<u>Exercício encerrado em 31.12.2021</u>	<u>Exercício encerrado em 31.12.2020</u>	<u>2021 x 2020</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(33.838)	16.448	-305,7%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(43.455)	(36.006)	20,7%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(78.810)	66.182	-219,1%

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais reduziu de um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 16.448 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa aplicado nas atividades operacionais de R\$ 33.838 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2021, decréscimo de 306%, equivalente a R\$ 50.286 mil.

A redução do caixa líquido proveniente das atividades operacionais da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 reflete a queda na geração própria de caixa decorrente do prosseguimento da conjuntura operacional e econômica da extensão da vigência da pandemia da COVID 19 durante todo o ano de 2021, no valor de R\$ 64.087 mil, líquido de uma movimentação positiva ao capital de giro de R\$ 13.801 mil.

Os principais efeitos positivos da movimentação líquida das contas de capital de giro advém das contas a receber com contribuição de ganho no valor de R\$ 8.287 mil em 2021 devido a uma antecipação de recebíveis de cartões de crédito de R\$ 30.200 mil efetuada em Dezembro de 2021, enquanto que em 2020 as contas a receber aumentaram R\$ 30.952 mil e a contribuição positiva à posição de capital de giro das obrigações com compras de mercadorias e compromissos com fornecedores em 2021 de respectivamente R\$1.635 mil e R\$ 7.827 mil, em oposição ao movimento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

redução dos saldos dessas contas em 2020 de respectivamente R\$ 54.406 mil e R\$ 8.679 mil.

Adicionalmente a realização do saldo de Tributos a recuperar, líquida da redução de Obrigações tributárias em 2021, apresenta ganho de R\$ 819 mil, enquanto que a movimentação líquida dessas mesmas contas em 2020 foi uma perda de R\$ 4.138 mil. O somatório dos principais itens de movimentação líquida positiva no comparativo entre 2021 e 2020 perfaz R\$ 115.924 mil.

Os principais efeitos negativos à posição de capital de giro no comparativo entre 2021 versus 2020 decorrem principalmente do aumento dos estoques em 2021 no valor de R\$ 56.339 mil devido sobretudo a desorganização temporária da cadeia de abastecimento de mercadorias importadas e consequente impontualidade e atraso nas entregas de mercadorias, enquanto que em 2020 houve redução dos estoques em R\$ 29.013 mil motivada pelo aquecimento concentrado do consumo no 2º semestre de 2020 em consequência da flexibilização das atividades operacionais e da dificuldade de ressuprimento de mercadorias pelas indústrias nacionais, além de uma perda na movimentação de Demais ativos operacionais, líquida de ganho na movimentação de Demais passivos operacionais em R\$ 11.206 mil em 2021, enquanto essas mesmas contas em 2020 apresentaram ganho de R\$ 6.240 mil. O somatório dos principais itens de movimentação líquida negativa no comparativo entre 2021 e 2020 perfaz R\$ 102.798 mil.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos aumentou de R\$ 36.006 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 43.455 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, aumentando 21%, o equivalente a R\$ 7.449 mil.

O aumento do caixa líquido utilizado nas atividades de investimento está relacionado à Agenda Digital, automação e modernização do CD e na área de Tecnologia da Informação, dentre outros (em conjunto responsáveis por R\$ 18.924 mil). Os demais investimentos foram executados na conclusão de novas lojas no valor de R\$ 7.697 mil e R\$ 9.778 mil referentes a reformas no período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento diminuiu de R\$ 66.182 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 78.810 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, reduzindo 219%, o equivalente a R\$ 144.992 mil.

A redução no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 deve-se principalmente ao maior volume de amortizações no período (R\$ 235.271 mil) ante aos R\$ 138.748 mil registrados em 2020, o que perfaz um acréscimo de R\$ 96.523 mil. As principais amortizações ocorridas no período foram de R\$ 81.940 mil relativos ao pré pagamento de linha de CCB em conexão com a 4ª emissão de debêntures no valor de R\$ 120.000 mil e repactuações de linhas de capital de giro no montante de R\$ 90.836 mil, somadas as amortizações regulares de outras linhas de capital de giro no valor de R\$ 26.939 mil e as amortizações da 3ª emissão de debêntures no valor R\$ 35.556 mil.

Ainda houve um maior pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, equivalente a R\$ 17.236 mil, refletindo um desembolso de R\$ 38.669 mil no exercício de 2021, comparados a R\$ 21.433 mil em 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O menor volume de captações e recursos em 2021 no montante de R\$ 14.365 mil em comparação a 2020 também contribuiu para a redução do caixa gerado nas atividades de financiamentos. As principais captações ocorridas em 2021, que somaram R\$ 262.973 mil, foram a 4ª emissão de debênture (R\$ 120.000 mil) e três linhas de capital de giro no montante de R\$ 75.800 mil que vieram a repactuar outras linhas de mesma natureza com os mesmos credores, enquanto que em 2020 as captações alcançaram R\$ 277.338 mil.

A 4ª emissão de debêntures ocorrida em 2021 contribuiu significativamente para o aumento do custo com contratação de transações financeiras no montante de R\$ 7.964 mil. Em 2021 o custo total com transações foi de R\$ 9.096 mil, sendo que aqueles vinculados à 4ª emissão de debêntures somaram R\$ 8.052 mil, e em 2020 o total dos custos com transações financeiras foi de R\$ 1.132 mil.

Por fim ainda houve a quitação da obrigação de pagamento dos juros sobre capital próprio declarados e consignados no balanço patrimonial da Companhia desde 2019 em 2021 no montante de R\$ 6.892 mil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia comercializa artigos de utilidades domésticas, decoração, brinquedos, papelaria, artigos de festas, artigos de festas sazonais, bomboniere, equipamentos de telefonia, eletroportáteis, artesanato, higiene & beleza, cama, mesa & banho, lazer e artigos para recém-nascidos e bebês.

Em 15 de maio de 2020, a Companhia deu início à operação de sua plataforma de vendas *online*, como parte de sua jornada de transformação digital em curso desde 2018 e com desdobramentos contínuos.

As vendas são majoritariamente destinadas ao público em geral (varejo). A partir de dezembro de 2018, a Companhia conta com um canal de vendas através de lojas franqueadas, que por sua vez adquirem produtos diretamente da Companhia, seja através da Companhia ou de sua controlada Alterf Importadora de Artigos de Armarinho Ltda.

A gestão dos contratos de franquias se dá por intermédio da controlada Akoun Administração de Franquias e Bens Ltda, que tem como principal receita a cobrança de *royalties* vinculados aos contratos de franquia.

A Companhia, através de sua controlada Aswini Gestora de Contratos Ltda, intermedia a prestação de serviços ao público consumidor da Companhia, a exemplo de emissão de cartões de crédito "Le biscuit", seguros, *gift cards*, cartão conteúdo, recarga de créditos de celulares, assistências, sendo remunerada por comissionamento nas vendas de produtos de seus parceiros e pelo uso do cartão de crédito "Le biscuit".

As receitas resultantes das vendas de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas controladas deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas, e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas controladas são prováveis, o que ocorre, substancialmente, no momento de entrega das mercadorias aos clientes nas lojas. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As receitas de produtos e serviços financeiros são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com a efetiva prestação de serviço e correspondem ao comissionamento na intermediação de negócios oferecidos por parceiros comerciais.

A receita de *royalties* é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

A receita bruta é apresentada deduzindo-se os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste a valor presente das vendas a prazo.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidas quando da sua efetiva ocorrência.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"),

2.2 Resultados operacional e financeiro

conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS").

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava 132 lojas próprias, 1 centro de distribuição e 14 franquias.

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a impactos decorrentes de fatores econômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo de atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

A indústria do varejo é afetada por conjunturas econômicas que possam modificar o consumo e o poder de compra do consumidor. Cenários de recessão ou de baixa intensidade na atividade econômica também correspondem a fatores de impacto à indústria do varejo.

Modificações de hábito de consumo também afetam os resultados das operações da indústria varejista. O processo de transformação digital, com início efetivo de vendas pelos canais digitais em 2020, ganhou tração durante o exercício de 2022, sobretudo com o desenvolvimento da integração dos diferentes canais com a operação de lojas físicas.

Todas as iniciativas e os resultados obtidos em 2022 nos dão ainda mais convicção, foco e determinação no caminho da produtividade, omnicanalidade e eficiência operacional.

Temos pela frente a perspectiva de operação com os eventos sazonais completamente restaurados, como "Voltas às aulas", "Carnaval", "Páscoa" e muitos outros, que têm tanto significado ao negócio e que, infelizmente, foram prejudicados no passado recente durante a conjuntura da pandemia de COVID-19.

Em complemento, compartilhamos com o mercado em 11 de novembro de 2022 aquele que, certamente, será o evento de maior transformação para a Companhia em sua história: o acordo societário firmado entre os acionistas da Casa & Vídeo e Le biscuit, que já resulta no surgimento de uma Companhia de atuação nacional, com posição de mercado destacada em algumas de suas principais praças de atuação, com faturamento aproximado de R\$ 2,5 bilhões, com grande complementaridade e potenciais sinergias capazes de gerar enormes economias em escala, redução de custos e alavancagem operacional.

Seguimos com o plano de negócios de desenvolvimento acelerado de um ecossistema diferenciado com integração de novos canais de venda, expansão e crescimento das operações, com ênfase na abertura de novas lojas da franquia Le biscuit, aperfeiçoamento de nossa infraestrutura logística, investimentos contínuos em tecnologia e ampliação e modernização da oferta de produtos e serviços financeiros.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a impactos decorrentes de fatores econômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo de atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

A indústria do varejo é afetada por conjunturas econômicas que possam modificar o consumo e o poder de compra do consumidor. Cenários de recessão ou de baixa intensidade na atividade econômica também correspondem a fatores de impacto à indústria do varejo.

Modificações de hábito de consumo também afetam os resultados das operações da indústria varejista. O processo de transformação digital, com início efetivo de vendas pelos canais digitais em 2020, ganhou tração durante o exercício de 2021, sobretudo com o desenvolvimento da integração dos diferentes canais com a operação de lojas físicas.

O ano de 2021 trouxe consigo a continuidade dos desafios de enfrentamento da crise sanitária sobretudo já em seu primeiro trimestre, e impactos imediatos na conjuntura de negócios da Companhia, como por exemplo os decorrentes da supressão de eventos tradicionais e representativos como: "Volta às aulas" e "Carnaval", devido às óbvias restrições de aulas presenciais e o cancelamento das festividades do carnaval, e pelo segundo ano houve um impacto material da vigência da pandemia da COVID 19 sobre o resultado operacional da Companhia.

Ao final de fevereiro de 2021, devido ao agravamento da disseminação do vírus e a consequente pressão sobre os sistemas de saúde de um modo geral, tivemos mais uma vez a decretação de fechamento de lojas físicas em diversos Estados e municípios, o que se estendeu para os meses seguintes, em escala decrescente. Ao final de dezembro praticamente todas as lojas da Companhia se encontravam com atendimento presencial.

Prosseguimos em 2021 o aperfeiçoamento de nossa plataforma omnichannel, replicando para toda a rede de lojas físicas as múltiplas formas de relacionamento digital com nossos clientes e o fortalecimento das vendas on-line, seja no app ou através de nosso site.

Seguimos com o plano de negócios de desenvolvimento acelerado de um ecossistema diferenciado com integração de novos canais de venda, expansão e crescimento das operações, com ênfase na abertura de novas lojas da franquia Le biscuit, aperfeiçoamento de nossa infraestrutura logística, investimentos contínuos em tecnologia e ampliação e modernização da oferta de produtos e serviços financeiros.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a impactos decorrentes de fatores econômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo de atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

A indústria do varejo é afetada por conjunturas econômicas que possam modificar o consumo e o poder de compra do consumidor. Cenários de recessão ou de baixa

2.2 Resultados operacional e financeiro

intensidade na atividade econômica também correspondem a fatores de impacto à indústria do varejo.

Modificações de hábito de consumo também afetam os resultados das operações da indústria varejista. Em 2020 a Companhia acelerou a introdução de seus novos canais de venda digitais, planejados inicialmente para entrada em produção no 2º semestre do ano, devido aos impactos operacionais decorrentes do período de vigência da pandemia, e seguiu investindo no desenvolvimento desses diferentes canais, sobretudo no que tange à maior integração entre as vendas em lojas físicas e seus canais digitais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 há um impacto material da pandemia do COVID 19 sobre os resultados operacionais da Companhia conforme descrito abaixo:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto do Corona vírus (Covid-19) como pandemia global no dia 11 de março de 2020. A partir daí, uma série de medidas de controle sanitário foram adotadas visando diminuir a disseminação do vírus, dentre elas o controle de aglomeração de pessoas, fato que resultou na determinação da interrupção de atividades julgadas pelas autoridades como “não essenciais”. Como resultado da adoção dessas medidas, a Companhia foi gradualmente impactada, inicialmente com a interrupção das atividades das lojas do estado de São Paulo em 17 de março, seguida da extensão progressiva da paralisação de atividades, sendo que, no final de março, somente 3 lojas estavam abertas ao público. Ao final dos meses de abril e maio, havia 2 e 9 lojas abertas, respectivamente. Durante o período de vigência da interrupção das atividades da rede lojas, canais alternativos de vendas foram desenvolvidos como vendas em WhatsApp e Rappi. Em junho, houve um início mais evidente da retomada da operação de lojas e, ao final daquele mês, 58 lojas estavam abertas para atendimento ao público.

A retomada parcial das suas operações e receitas no mês de junho e, posteriormente, no mês de julho, foi seguida de uma vigorosa recuperação de vendas no período de agosto a dezembro de 2020, demonstrando a resiliência do negócio e seu fortalecimento no seguimento de suas atividades.

O resumo da severa restrição às operações de lojas levou à queda de 17% na receita total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado ao mesmo período do ano passado.

Em resposta à crise instalada, houve a criação de um Comitê de Crise, com foco de atuação nos esforços de enfrentamento da crise de saúde e medidas operacionais e econômico-financeiras, com orientação para preservar o bem estar dos colaboradores, clientes e fornecedores de mercadorias e serviços. Dentre as ações executadas, destacam-se:

- Adoção de regime *home office* para os colaboradores da área administrativa, redução da equipe do Centro de distribuição para operação em um único turno, revisão dos procedimentos de operações e reforço das medidas de segurança e de higienização. Os times das lojas, bem como boa parte do quadro administrativo foram colocados em férias e compensação com banco de horas e, por fim, utilizamos as medidas previstas na MP 927 e MP 936 de suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada (aplicada para todos os colaboradores em abril e maio);
- Adoção de vendas online por WhatsApp e aplicativo Rappi;

2.2 Resultados operacional e financeiro

- Antecipação das várias etapas do projeto *e-commerce*, cuja data planejada para início de atividades era 15 de julho 2020, o que resultou no início de sua operação em 15 de maio de 2020;
- Renegociação de compromissos financeiros e captação de empréstimos e financiamentos;
- Austera revisão e consequente redução de despesas e investimentos em CAPEX, visando adequar a estrutura de despesas e gastos em geral, a fim de preservar o caixa da Companhia, dentre outros.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes as variações positivas e negativas de custos dos nossos produtos. Tais oscilações podem ser causadas por repasses inflacionários, ajustes de taxas de câmbio, mudanças na legislação tributária, ou fatores sazonais de excesso ou falta de produtos e insumos.

A receita da Companhia é basicamente impactada pelas alterações no volume e preços de vendas de suas mercadorias, sejam elas adquiridas no Brasil ou no exterior. A Companhia tenta repassar as flutuações de custo de aquisição de seus insumos para seus clientes, sempre considerando a aplicação de um preço de venda justo. Aproximadamente 25% da receita da Companhia tem origem em produtos importados, sendo que o perfil de baixo custo individual dos itens vendidos é considerado um fator facilitador ao repasse de eventuais reajustes ao consumidor final. Vale ainda ressaltar que boa parte dos produtos nacionais comercializados pela Companhia também têm influência da taxa de câmbio na formação de seus preços.

A Companhia tem como uma de suas características marcantes a renovação frequente dos produtos oferecidos a seus clientes, utilizando-se da estratégia de comercialização de produtos de marca própria, assim os produtos comercializados e seus preços de vendas correspondentes, oscilam de acordo com ciclo de vida e por essa razão não oferecem uma base perfeita de comparação de período a período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional bruta da Companhia apresentou 21,9% de produtos com comercialização iniciada, enquanto que 0,8% de redução de vendas na comparação com o mesmo período do ano anterior deve-se ao efeito da descontinuidade de comercialização de outros itens.

Em 2021, a receita operacional bruta da Companhia apresentou 21,5% de produtos com comercialização iniciada neste período, enquanto que 1,3% de redução de vendas na comparação com mesmo período do ano anterior deve-se ao efeito da descontinuidade de comercialização de outros itens.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional bruta da Companhia apresentou 19,4% de produtos com comercialização iniciada neste período, enquanto que 3,3% de redução de vendas na comparação com mesmo período do ano anterior deve-se ao efeito da descontinuidade de comercialização de outros itens.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

2.2 Resultados operacional e financeiro

O negócio da Companhia está sujeito aos impactos decorrentes de fatores macroeconômicos, os quais incluem, mas não se limitam, ao ritmo da atividade econômica, inflação, confiança do consumidor, desemprego, taxa de juros, taxas de câmbio, disponibilidade de linhas de crédito de financiamento por instituições financeiras e regulamentações governamentais que possam afetar o ambiente de negócios do segmento de varejo ou de âmbito geral.

Os custos de inflação e oscilações de taxas de câmbio, bem como volatilidade na oferta de produtos podem afetar os custos de aquisições de produtos de revenda.

O custo das mercadorias vendidas (CMV) da Companhia também tem sensibilidade a renovação frequente de seu portfólio de produtos.

A Companhia, através de sua controlada Alterf, importa mercadorias para revenda, e por consequência está exposta ao risco de oscilação cambial pela variação da cotação de algumas moedas, basicamente dólar norte americano. O risco cambial decorre, em sua maior parte, de operações comerciais de liquidação futura.

A Companhia pode adquirir mercadorias importadas a prazo, com utilização de instrumentos de carta de crédito, com opção de antecipação de pagamento aos fornecedores estrangeiros. Essas operações podem ter prazo de até 360 dias para pagamento.

A Administração utiliza, de forma regular, de instrumentos financeiros derivativos (*NDFs – Non deliverable forward*) para se proteger do risco de exposição a oscilação de taxa de câmbio.

As despesas operacionais da Companhia estão sujeitas a reajustes principalmente decorrentes de repasses inflacionários.

As principais despesas operacionais da Companhia são as despesas com pessoal e com aluguéis (assim classificadas até 31/12/2018). Os percentuais médios de reajuste salários aplicados nos últimos períodos de 12 meses foram 7,51%, 6,02%, 4,8% e 3,9%, em 2022, 2021, 2020 e 2019 respectivamente.

Os contratos de aluguel têm reajustes aplicados segundo índices abaixo:

Índices Reajuste contratos locação	Quantidade de Contratos	Share
IGPM	32	25%
IPCA	96	74%
ISENTO	1	1%
Total	129	100%

O comportamento desses índices no período de 12 meses apurado nas datas findas dos períodos sob análise é demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
IGPDI	5,01%	17,74%	23,07%
IGPM	5,45%	17,79%	23,14%
IPCA	5,78%	10,06%	4,52%

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os contratos financeiros da Companhia são contratados em boa parte baseados no custo do CDI mais spreads (a exceção são as linhas de financiamento contratadas junto ao Banco do Nordeste do Brasil).

As taxas médias de CDI no período de 12 meses, apurada nos anos de 2022, 2021 e 2020, foram de 12,33%, 4,46% e 2,77%, respectivamente.

Os empréstimos, quando contratados em moeda estrangeira são imediatamente convertidos em obrigações em moeda local no momento de suas contratações através de operações de *swap*.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

Não há ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Não há ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Não há ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Le Franchise

A Companhia iniciou as atividades de seu projeto Le Franchise em 2018, após uma longa etapa de preparação de um modelo de negócios voltado para esse canal de vendas, com a participação de consultoria especializada em sua construção.

O Le Franchise visa propiciar a penetração, principalmente, em pequenas e médias cidades (a partir de 50 mil habitantes), permitindo uma maior viabilidade econômica em empreendimentos com custos operacionais mais reduzidos, com acesso a pontos comerciais em valores mais econômicos e com alta probabilidade de enquadramento a regime de tributação favorecido (simples nacional).

A franquia da Companhia apresenta-se como uma alternativa bastante atrativa para investidores, por se tratar de um negócio diferenciado, com investimento moderado (custo total estimado em R\$ 1.500 mil) e com grande apelo de retorno ao capital empregado para investidores.

A Companhia visualiza este negócio como um importante vetor de aceleração de seu crescimento, com desoneração de capital empregado e ampliação de seu mercado de atuação. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 12 franquias.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, pois não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia até a data deste Formulário.

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia descontinuou as atividades de oito de suas lojas que operavam exclusivamente com o nome de fantasia Planeta Bebê, e que tinham atuação no segmento de artigos de moda e utilidades para gestantes e primeira infância, entre janeiro e março de 2019. Três das principais lojas (responsáveis por aprox. 49% do faturamento das lojas Planeta Bebê), por estarem posicionadas em áreas contíguas, tiveram suas áreas anexadas às lojas de marca "Le biscuit". A decisão foi motivada pela opção de manter foco integral na gestão do modelo de negócio da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA é a sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012. O cálculo do EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício ou do período, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA e da Margem EBITDA e do EBITDA ajusto e Margem EBITDA ajustada da Companhia para os períodos e exercícios abaixo indicados:

Reais/mil (exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022		
	2022	2021	2020
EBITDA	44.476	21.352	82.622
Margem EBITDA	5,7%	3,0%	12,9%
EBITDA Ajustado	65.513	34.958	93.190
Margem EBITDA Ajustado	8,4%	4,8%	14,6%

Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Índice de Alavancagem Financeira

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Dívida Bruta	539.689	546.649	510.453
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	321.171	401.744	209.445
Índice de Alavancagem Financeira	275,52%	250,41%	80,00%

2.5 Medições não contábeis

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e a Margem EBITDA, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Reais/mil (exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo)	(106.114)	(106.786)	(55.530)
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(76.127)	(66.220)	(30.777)
(+) Despesas financeiras, liquidas	115.490	83.709	64.623
(+) Depreciação e amortização	111.228	110.649	104.307
EBITDA	44.476	21.352	82.623
Margem EBITDA	5,7%	3,0%	12,9%
(+) Despesas/ (receitas) não recorrentes ou sem efeito caixa	8.227	4.026	6.111
(+) Resultado da baixa de ativos imobilizados	7.182	685	339
(+) Provisões (Reversões) para Desmobilização	(710)	3.858	(105)
(+) Benefício prêmio de opções e ações	6.337	5.037	4.222
EBITDA Ajustado	65.513	34.958	93.190
Margem EBITDA Ajustado	8,4%	4,8%	14,6%
<i>Receita operacional líquida</i>	775.844	721.887	638.933

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da dívida bruta, da dívida líquida (caixa líquido) e do Índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

<i>Consolidado</i>			
Reais / mil (exceto %)	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
(+)Total dos Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)	311.836	319.734	375.589
(+)Total das Debêntures (circulante e não circulante)	224.894	227.852	143.827
(+)ou (-) Total Derivativos (circulante e não circulante)	2.959	-937	-8.963
(=)Total Dívida Bruta	539.689	546.649	510.453
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(218.518)	(144.905)	-301.008
(=) Dívida Líquida (caixa líquido)	321.171	401.744	209.445
(=)Total do Patrimônio Líquido	116.570	160.434	261.795
(=)Índice de Alavancagem Financeira (i)	275,52%	250,41%	80,00%

(i) O índice de alavancagem financeira obtém-se da divisão da Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional de desempenho e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

No entanto, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consideram a exclusão dos efeitos não recorrentes e sem efeito ao caixa no resultado operacional da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Índice de Alavancagem Financeira

A Dívida Bruta equivale ao total de empréstimos e financiamentos, deduzidos dos instrumentos financeiros ativos e passivos. A Dívida Líquida equivale a Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), e não possui significado padrão. A Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Dívida Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes preparados por outras companhias.

Apesar de a Dívida Líquida não ser considerada medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, a Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição corrente de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional.

O índice de alavancagem financeira obtém-se da divisão da Dívida líquida pelo Patrimônio Líquido da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia utiliza as isenções previstas na norma CPC 06 (R2) para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor (ex: itens de informática).

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iv. contratos de construção não terminados

A Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia tem a prerrogativa de contratação das linhas de financiamento pré-aprovadas descritas no item 10.1(g).

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia esclarece que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
Regras sobre a retenção de lucros	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, 0,1% do lucro líquido, no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório e a parcela remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no Plano de Negócios e no Orçamento Anual aprovados.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, 0,1% do lucro líquido, no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório e a parcela remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no Plano de Negócios e no Orçamento Anual aprovados.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, 0,1% do lucro líquido, no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório e a parcela remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no Plano de Negócios e no Orçamento Anual aprovados.</p>
Valores das retenções de lucros	<p>O prejuízo líquido do exercício, no montante de R\$ 106.114 mil, foi contabilizado na conta de prejuízos acumulados.</p>	<p>O prejuízo líquido do exercício, no montante de R\$ 106.786 mil, foi contabilizado na conta de prejuízos acumulados.</p>	<p>O prejuízo líquido do exercício, no montante de R\$ 55.533 mil, foi contabilizado na conta de prejuízos acumulados.</p>
Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente durante todo o exercício social de 2022, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido era de 0,1%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente durante todo o exercício social de 2021, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido era de 0,1%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Regra estatutária: de acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente durante todo o exercício social de 2020, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido era de 0,1%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.</p>

2.7 Destinação de resultados

	Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.	Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.	Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.	Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.	Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.
	A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrições às distribuições de dividendos	<i>Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.</i>	<i>Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.</i>	<i>Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.</i>
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	<i>Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados, porém, obedece às determinações da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação a ele aplicável, complementadas pelas normas de seu Estatuto Social e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.</i>		

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia utiliza as isenções previstas na norma CPC 06 (R2) para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor (ex: itens de informática).

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iv. contratos de construção não terminados

A Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia tem a prerrogativa de contratação das linhas de financiamento pré-aprovadas descritas no item 10.1(g).

A Companhia esclarece que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia esclarece que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. natureza e propósito da operação

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia esclarece que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Sumário dos investimentos (R\$Mil)	2022	2021	Var.%
Investimentos em T.I. e Agenda Digital	14.380	17.656	-18,55%
Novas lojas - expansão	0	11.530	-100,00%
Reformas e retrofits de lojas	5.582	8.798	-36,55%
Expansão e modernização do CD	0	5.048	-100,00%
Outros	946	423	123,64%
Total dos investimentos	20.908	43.455	-51,89%

A agenda de investimentos da Companhia teve foco, na execução de plano de investimento em Tecnologia da Informação e de Transformação Digital, na expansão e modernização de sua rede de lojas físicas e na modernização de seu centro de distribuição.

Em virtude do cenário de pandemia, a Companhia decidiu direcionar seus investimentos no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus canais digitais e no projeto de integração desses com sua base de lojas físicas (Projeto *Omnichannel*). A agenda digital abriga os esforços de desenvolvimento de processos que visam o crescimento de novos canais de venda e suas integrações e infraestrutura relacionada (informações de CRM, desenvolvimentos no aplicativo, website Le biscuit, plataforma de e-commerce, e seus desdobramentos).

Com vendas realizadas pelo site, aplicativo e a partir de canais digitais presentes nas lojas físicas, nossa agenda de transformação digital obteve grande crescimento em 2021. Nosso modelo omnichannel se consolida cada vez mais, sendo potencializado com iniciativas que integram e complementam loja e canais digitais, como "Le+" (gôndola estendida), "Clique & retire" e "Ship-from-Store".

O centro de distribuição possui capacidade de abastecer mais de 100 lojas por dia e operar de forma integrada diferentes modais de entrega, fazendo-se uso da nossa rede de lojas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza recursos próprios e de terceiros como fonte de financiamento para seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia informa que não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

2.10 Planos de negócios

A Companhia finalizou em agosto de 2020 a 1ª etapa de automação de seu centro de distribuição (após a realização de sua expansão física de aproximadamente 50% em 2019) que propicia: aumento de produtividade de 100% sobre capacidade física já ampliada, através da substituição do modelo manual de *picking* loja a loja pela utilização do equipamento *sorter*, com captura de ganho de escala, redução de erros de separação, avarias e consequentes divergências de inventário, redução no esforço de conferência de cargas e captura automática da cubagem dos volumes separados, o que ao final, permitirá maior assertividade na programação e economia da contratação de fretes. Em 2021, houve investimentos complementares em R\$ 5.048 mil.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgados.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os principais projetos em desenvolvimento pela Companhia têm relação com o seu plano de desenvolvimento de e integração de canais digitais, e a automação dos seus processos logísticos no Centro de Distribuição de Camaçari -Bahia, conforme exposto neste relatório

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia esclarece que não há pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços já divulgados.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Descrição - Gerenciamento de Riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos devidamente formalizada. No entanto, a Companhia reconhece que a gestão de riscos corporativos é parte integrante e fundamental de suas atividades e negócios, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e objetivos sociais.

Desta forma, com relação à gestão de riscos, a Companhia realiza reuniões da Diretoria com o objetivo de monitorar os principais riscos aos quais está exposta, identificando suas probabilidades, impactos e planos de mitigação.

Além disso, os riscos aos quais a Companhia está exposta são analisados e tratados pontualmente, sem sujeição a rito formal específico, sendo discutido nas reuniões da Diretoria e reuniões do Conselho de Administração.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Para maiores informações acerca da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, ver seção 5.6 deste Formulário de Referência.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada. Para maiores informações acerca da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Descrição - Riscos de Mercado

Além dos fatores de riscos abordados no item 4.1, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado no curso normal de suas atividades, conforme descritos abaixo.

Risco cambial

Em decorrência de diversas pressões internas e externas, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo dos últimos anos. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas. Trata-se do risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre compromissos em moeda estrangeira (importações). A Companhia utiliza de derivativos (notas de negociação com opção flexível e swaps), registrados na conta de instrumentos financeiros com o propósito de mitigar riscos de perdas cambiais decorrentes de potenciais oscilações das taxas de câmbio para conversão para a moeda Real (R\$).

Os derivativos, notas de negociação com opção flexível, têm como contraparte uma instituição financeira e foram contratados para cobrir possíveis riscos nas operações de compra de mercadorias no exterior. Os termos essenciais dos contratos de câmbio a termo foram negociados para estarem alinhados com os termos dos compromissos comerciais em moeda estrangeira.

Não se pode garantir que o Real sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento de custos. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem ainda impactar diretamente a Companhia em função das "contas a pagar" referente à importação de mercadorias, bem como sua carteira de empréstimos, quando indexados ao Dólar.

A Companhia e suas controladas utilizam-se obrigatoriamente de swaps tradicionais para converter custos de eventuais captações em moeda estrangeira para moeda local. A contraparte desses swaps tradicionais é a própria instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira. Essas operações de swap são referenciadas à taxa média dos certificados de depósito interbancário no Brasil ("CDI"), transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

Em dezembro de 2022, a Companhia mantinha uma linha de crédito na modalidade 4131. Esta operação foi 100% convertida para moeda local, através de contratação imediata de operações de swap referenciados em CDI, modificando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais com 220,26% da variação do CDI. O saldo do financiamento descrito acima soma R\$ 6.475 em 31 de dezembro de 2022, já devidamente ajustado, correspondendo a 1,2% da dívida da Companhia.

A Companhia pode contratar cartas de crédito de importações como opção para pagamento de seus fornecedores estrangeiros, que por sua vez podem optar por antecipar o recebimento de suas vendas diretamente com o banco emissor.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Risco de taxa de juros

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

As taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2022, 2021 e 2020 foram de 13,75%, 9,15% e 1,90%, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM). As taxas de juros brasileiras permaneceram altas por um longo período e qualquer aumento poderia afetar negativamente o lucro e o resultado das operações da Companhia, aumentando o custo associado ao financiamento de suas atividades. Atualmente, a Companhia possui financiamentos e empréstimos em sua maioria atrelados ao CDI e IPCA, expondo-se assim a flutuação das taxas de juros oficiais, além de operações de financiamentos atreladas às taxas pré-fixadas.

A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo atual do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros podem implicar em perdas financeiras para a Companhia.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, no contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de descumprimento de obrigações da Companhia associada a seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Dessa forma, não se pode garantir que haverá recursos suficientes em caixa ou provenientes de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros.

Cabe ressaltar que, sem prejuízo da estrutura descrita na tabela abaixo, quanto ao Risco de Liquidez, a Companhia promove o gerenciamento por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Ainda, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro, e possui como prática o investimento em títulos que possuam rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito de, no mínimo, AAA ou que estejam relacionados ao risco soberano.

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros não derivativos e os passivos financeiros derivativos, que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre 31 de dezembro de 2022 e a data contratual do vencimento, respectivamente.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

	Consolidado						
	Total em 31 de dezembro 2022	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	238.667	167.881	54.217	16.546	23	-	-
Empréstimos	311.837	29.782	29.974	53.423	85.345	70.709	42.604
Debêntures	224.894	4.191	14.411	18.526	42.656	97.898	47.213
Passivo de arrendamento	271.953	19.226	18.700	48.954	61.892	75.454	47.727

Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

Os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente devidos pelas principais operadoras de cartão de crédito. As vendas da Companhia são 99% transacionadas em dinheiro e cartões de débito ou crédito ou para a sua rede franqueada (14 lojas franqueadas).

No exercício de 2022, 36% do total das vendas da Companhia foram realizadas à vista (dinheiro e/ou cartão de débito) e o restante através de cartões de crédito administrados por terceiros, contra 39% do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por tipo de contraparte era:

	Consolidado	
	2022	2021
Outros	1.642	534
Clientes no atacado	17.556	6.366
Operadoras de cartão de crédito e débito	88.891	122.646
	108.089	129.546

5.2 Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos.

Dentre as práticas, a Companhia destaca alguns pontos:

- Gerenciamento de riscos operacionais;
- Instituição de políticas corporativas relevantes de *compliance* e controles internos;
- Aprimoramento do *compliance* anticorrupção;
- Canal de Denúncias independente e terceirizado, com aprimoramento contínuo; e
- Comitê do Canal de Denúncias, com encontros semanais para discutir todas as denúncias recepcionadas pelo canal de denúncias independente e as ações para as devidas tratativas.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia possui um calendário de fechamento dos módulos sistêmicos onde também são definidos prazos de entrega das conciliações das contas contábeis e revisão das integrações sistêmicas. Ao finalizar a elaboração das demonstrações financeiras as mesmas são revisadas pela diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia sempre revisa as práticas, conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização. A Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e NBR-ISO 31000, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade, Controladoria e a Diretoria Executiva da Companhia são as principais áreas responsáveis pela revisão das demonstrações financeiras, e possuem as seguintes competências: (i) avaliar e revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia, incluídos também, as notas explicativas e o relatório da administração; (ii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, relativamente às demonstrações financeiras: os princípios e critérios contábeis utilizados; a forma de constituição das principais provisões; os métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; os principais riscos; as mudanças de escopo nos trabalhos da Auditoria Independente eventualmente acontecidas; as deficiências relevantes, se encontradas, e as principais falhas de controles internos; efeitos de fatores externos (econômicos, normativos, setoriais, sociais e ambientais) nos relatórios financeiros e no processo de auditoria. Constitui-se em tópico importante da discussão, a transparência na divulgação das demonstrações financeiras; (iii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, se existentes, seus efeitos nas demonstrações financeiras e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pela empresa de Auditoria Independente; e (iv) atuar na solução de divergências porventura existentes entre os auditores

5.2 Descrição dos controles internos

independentes e a Diretoria, relativas às demonstrações financeiras e aos relatórios financeiros.

Posteriormente à aprovação pela Contabilidade, Controladoria e a Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras são encaminhadas aos órgãos de governança, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para a devida aprovação. As estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos estão em constante processo de desenvolvimento na Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Diretoria Financeira da Companhia é responsável por avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração, por sua vez, é responsável por definir o plano de ação com relação aos itens relevantes, seus responsáveis e os prazos para implantação das ações necessárias.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No planejamento e na execução da auditoria das demonstrações financeiras, realizada pelo auditor independente da Companhia, são também considerados os controles internos da Companhia, com a finalidade de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras. Entretanto, a Auditoria Externa Independente destaca que não expressa uma opinião sobre a eficácia da estrutura de controle interno da Companhia.

Uma carta de recomendação é emitida ao final de toda auditoria externa anual, com os pontos de melhoria a serem trabalhados. Na carta são comentados os pontos de controles internos que demandam atenção e melhoria.

A Companhia não teve nenhuma deficiência significativa apontada pelos auditores no último exercício e todos os pontos são tratados e monitorados pela Diretoria da Companhia, com a supervisão e validação do Conselho de Administração, com objetivo de sanar os aspectos identificados, conjuntamente com as demais áreas envolvidas.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há deficiência significativa a ser apontada conforme descrito no item 5.2.d.

5.3 Programa de integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Conduta (conforme descrito abaixo). Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os princípios éticos e nossa cultura organizacional.

Referido Código de Conduta determina que todos os colaboradores da Companhia devem atuar de forma transparente e com observação às leis vigentes, estatuto social, diretrizes, normas, políticas e procedimentos, sempre primando pelo zelo do Código de Conduta. Para garantir a devida aplicação das diretrizes do Código, a Companhia conta com um Comitê de Ética composto por representantes da Diretoria e do Conselho de Administração. Dentre as responsabilidades do Comitê de Ética, se destaca a obrigação de divulgar e assegurar a compreensão do documento, avaliar regularmente a sua aplicabilidade, realizar eventuais atualizações ou retificações, julgar os casos de descumprimento dos seus princípios e garantir a aplicação das medidas cabíveis.

Como instrumento de apoio à garantia da aplicação das diretrizes do Código de Conduta, a Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado por uma empresa independente, assegurando o anonimato de todos os denunciante.

O conhecimento do Código de Conduta pelos colaboradores é garantido quando de sua contratação, e neste momento são apresentados ao Termo de Adesão ao Código de Conduta da Companhia, por meio do qual firmam compromisso em seguir suas diretrizes e regras enquanto estiverem vinculados à Companhia e também por meio da aplicação dos treinamentos anuais acerca da necessidade de cumprimento do disposto no documento e também está disponível na plataforma educacional da Companhia, de modo permanente, sujeito à revisões anuais.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

O Comitê de Ética foi criado em 23 de janeiro de 2019 e é responsável por divulgar e assegurar a compreensão do Código de Conduta, avaliar regularmente a sua aplicabilidade, realizar eventuais atualizações ou retificações, julgar os casos de descumprimento dos seus princípios e garantir a aplicação das medidas cabíveis.

5.3 Programa de integridade

O Comitê de Ética é uma instância independente e autônoma, de caráter permanente, com reporte ao Conselho de Administração, sendo que os seus membros são indicados pelo Presidente da Companhia, sendo este constituído por até 06 membros titulares e 02 membros suplentes, todos com mandato por tempo determinado. É permitida a reeleição de seus membros desde que o mandato não ultrapasse o período de 2 (dois) anos. Não há qualquer vedação ao cumprimento de mandatos alternados.

Ademais, por mais que a Companhia não possua mecanismos de garantia de independência dos dirigentes, estes, juntamente com os Administradores e gestores da Companhia, devem comprometer-se com aplicação do Código de Ética e demais diretrizes de integridade.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta com o propósito de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código é destinado a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional. A Companhia possui também um Código de Conduta destinado exclusivamente a prestadores de serviço e fornecedores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia têm acesso ao Código de Conduta quando de sua contratação, e neste momento são apresentados ao Termo de Adesão ao Código de Conduta da Companhia, por meio do qual firmam compromisso em seguir suas diretrizes e regras enquanto estiverem vinculados à Companhia.

Além disso, todos os colaboradores da Companhia participam de treinamentos anuais acerca da necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Aqueles que praticarem atos que violem o Código de Conduta Ética ou a sua essência ficarão sujeitos às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

As sanções aplicáveis em razão da violação aos preceitos dispostos no Código de Conduta serão mensuradas caso a caso e avaliadas pelo Comitê de Ética, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

5.3 Programa de integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2020 e disponível para consulta no site <http://ethicsdeloitte.com.br/lebiscuit>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia em linha com os compromissos e valores descritos no Código de Conduta, implementou um portal de denúncias disponibilizado no endereço eletrônico <http://ethicsdeloitte.com.br/lebiscuit>, onde todos os destinatários do Código de Conduta Ética, isto é, tanto colaboradores quanto terceiros (como, por exemplo, fornecedores), poderão: (i) comunicar as suas preocupações ou a ocorrência de atos potencialmente violadores; (ii) esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições deste Código de Conduta Ética; e (iii) ter assegurado que as denúncias serão apuradas pelo Comitê de Ética e, aquelas com base fundamentada, aplicadas as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia está disponível a todos os seus destinatários, internos ou externos à Companhia e é gerido por empresa independente. As denúncias podem ser feitas a qualquer momento pelo site <http://ethicsdeloitte.com.br/lebiscuit>, pelo telefone 0800-721-9582, ou pelo e-mail: canaldedenunciaslb@ethicspeakup.com.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Nos termos do Código de Conduta da Companhia, o Canal de Denúncia está disponível a todos os colaboradores da Companhia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Código de Conduta Ética da Companhia estabelece que os relatos serão recebidos por uma empresa independente e especializada, sendo transmitidos ao Comitê de Ética, e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

A Companhia não tolera nenhuma retaliação contra questionamentos ou denúncias de boa-fé. Para tanto, todas as denúncias são tratadas de forma confidencial sob os cuidados de uma comissão de pessoas orientadas a assegurar o sigilo e atuar na prevenção de retaliações e discriminações de qualquer natureza.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Código de Conduta da Companhia estabelece que as denúncias serão apuradas pelo Comitê de Ética e, àquelas com base fundamentada, aplicadas as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em que pese o Código de Conduta da Companhia não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a

5.3 Programa de integridade

Companhia seguirá os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e *business due diligence*, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo, caso venha a executar futuros processos fusão, aquisição e reestruturação societárias.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Conduta, conforme descrito nos itens anteriores, como forma de prevenção, detecção e remediação.

5.4 Alterações significativas

Além dos riscos apresentados neste Formulário, a Companhia não apresenta qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais ela está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais subitens deste Formulário.